

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

### MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2017 foi marcado por melhorias no desempenho operacional da usina. Apesar do cenário hidrológico desfavorável, conseguimos avançar com a execução do programa de modernização das unidades geradoras, o que permitiu potencializar a performance do empreendimento. Norteados pela valorização e desenvolvimento do capital humano, promovemos treinamentos e implementamos melhorias em segurança. Ao longo do ano, também atuamos junto às comunidades executando projetos socioambientais, como a obra do dique na UHE Lajeado concluída no final de 2017, que irá operar para diminuir o risco de aprisionamento de peixes na área da barragem.

Para 2018, temos o compromisso com a melhoria contínua, embasado pela cultura organizacional da Companhia. Agradeço aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada em nosso trabalho, e também, aos colaboradores pela dedicação e comprometimento.

### A COMPANHIA

A Investco S.A. é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh, porém a companhia não é titular exclusiva do Contrato de Concessão, sendo titular de 1%. A empresa tem contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, esta companhia tem duas fontes de receita: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta. A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da usina, na condição de "Produtor Independente", na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

### DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2017, a energia gerada foi de 2.588,6 GWh, 12,4% inferior aos 2.954,2 GWh gerados em 2016 devido ao cenário hidrológico desfavorável. A Usina apresentou índice de disponibilidade médio anual de 94,9%, fechando o mês de dezembro com disponibilidade acumulada de 93,2% (apurada com base nos últimos 60 meses), índice superior ao exigido no Contrato de Concessão, que é de 89,6%.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

| DEMONSTRATIVO DE RESULTADO                       | 2017            | 2016            | %             |
|--|-----------------|-----------------|---------------|
| <b>Receita operacional líquida</b>               | <b>176.791</b>  | <b>278.750</b>  | <b>-36,6%</b> |
| <b>Gastos não gerenciáveis</b>                   | <b>(1.155)</b>  | <b>(1.445)</b>  | <b>-20,1%</b> |
| Energia elétrica comprada para revenda           | 465             | 59              | 688,1%        |
| Encargos de uso da rede elétrica                 | (1.615)         | (1.504)         | 7,4%          |
| <b>Margem bruta</b>                              | <b>175.636</b>  | <b>277.305</b>  | <b>-36,7%</b> |
| <b>Gastos gerenciáveis</b>                       | <b>(81.528)</b> | <b>(73.823)</b> | <b>10,4%</b>  |
| <b>Total PMSO</b>                                | <b>(30.352)</b> | <b>(29.738)</b> | <b>2,1%</b>   |
| Pessoal  | (12.879)        | (13.176)        | -2,3%         |
| Materiais  | (1.238)         | (1.099)         | 12,6%         |
| Serviços de terceiros                            | (12.542)        | (13.650)        | -8,1%         |
| Arrendamentos e alugueis                         | (401)           | (396)           | 1,3%          |
| Provisões e contingências                        | (1.704)         | 66              | -2681,8%      |
| Outros gastos gerenciáveis                       | (1.588)         | (1.483)         | 7,1%          |
| <b>Depreciação e amortização</b>                 | <b>(51.176)</b> | <b>(44.085)</b> | <b>16,1%</b>  |
| Depreciação                                      | (48.293)        | (41.937)        | 15,2%         |
| Amortização                                      | (2.883)         | (2.148)         | 34,2%         |
| <b>Resultado do serviço (EBIT)</b>               | <b>94.108</b>   | <b>203.482</b>  | <b>-53,8%</b> |
| <b>EBITDA</b>                                    | <b>145.284</b>  | <b>247.567</b>  | <b>-41,3%</b> |
| Margem EBITDA                                    | 82,2%           | 88,8%           | -7,5%         |
| <b>Resultado financeiro líquido</b>              | <b>(32.569)</b> | <b>(63.687)</b> | <b>-48,9%</b> |
| Receitas financeiras                             | 4.191           | 8.604           | -51,3%        |
| Despesas financeiras                             | (36.760)        | (72.291)        | -49,1%        |
| <b>LAIR</b>                                      | <b>61.539</b>   | <b>139.795</b>  | <b>-56,0%</b> |
| <b>Imposto de renda e contribuição social</b>    | <b>(13.727)</b> | <b>(44.811)</b> | <b>-69,4%</b> |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (15.480)        | (47.204)        | -67,2%        |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 1.753           | 2.393           | -26,7%        |
| <b>Lucro líquido</b>                             | <b>47.812</b>   | <b>94.984</b>   | <b>-49,7%</b> |

A Receita Operacional Líquida, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 176,8 milhões em 2017, queda de 36,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. A queda de R\$ 102,0 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está inclusa a remuneração dos custos operacionais.

Os Gastos Não Gerenciáveis (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 1,155 milhões no ano de 2017, redução de R\$ 0,290 milhões quando comparado ao resultado de R\$ 1,445 milhões no mesmo período do ano anterior.

Os Gastos Gerenciáveis compreendidos pelos gastos com pessoal, material, serviços de terceiros, depreciação e amortização, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 81,5 milhões no ano de 2017, acréscimo de 10,4% em relação ao ano de 2016, sendo em decorrência da depreciação acelerada que ocorreu a partir de junho de 2016, e R\$ 1,7 milhões em contingências referente a dois autos de infração lavrados pertinente a diferencial de alíquota de ICMS em operações interestaduais.

No ano de 2017 o EBITDA (lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional) alcançou R\$ 145,3 milhões, valor 41,3% inferior ao alcançado em 2016, devido à menor receita de arrendamento do período.

O Resultado Financeiro Líquido em 2017 variou positivamente em R\$ 31,1 milhões, 48,9% em relação a 2016, principalmente em função do Ajuste a Valor Presente (AVP) das ações preferenciais das classes A, B e C (consideradas como encargos de dívidas de acordo com o CPC 39).

Desse modo a Companhia apresentou um Lucro Líquido de R\$ 47,8 milhões, 49,7% inferior frente ao mesmo período do ano anterior, em função da menor receita de arrendamento e encargos de dívida.

### INVESTIMENTOS

Os Investimentos no ano de 2017 totalizaram R\$ 8,5 milhões sendo: R\$ 0,8 milhões em reservatórios, barragens e adutoras, R\$ 0,1 milhões em edificações, obras civis e benfeitorias, R\$ 7,2 milhões em máquinas e equipamentos e R\$ 0,5 milhões em Outros, 28,3% superior ao ano de 2016.

### ENDIVIDAMENTO

O endividamento financeiro atingiu R\$ 93,8 milhões em 2017 (valor na sua totalidade referente às ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39) não apresentando variação significativa em relação ao endividamento do ano de 2016.

### MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Baseado na Norma ISO 14001, o Sistema de Gestão Ambiental da Investco orienta com processos e procedimentos padronizados que são executados por equipes de cada unidade, com o apoio das áreas de Meio Ambiente Corporativo e de Sustentabilidade, capacitados nessa gestão. A UHE Lajeado manteve durante o ano de 2017 a certificação nas três normas: ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.

A Investco atua de maneira preventiva, investindo continuamente em práticas e tecnologias que minimizem os impactos das atividades, além de elaborar e aplicar procedimentos para atendimento às emergências ambientais. Em 2017, foram investidos R\$ 8,9 milhões em proteção ambiental.

### CANAIS DE DIÁLOGO COM A COMUNIDADE

**Central de Atendimento:** Para promover o diálogo constante com a comunidade do entorno do reservatório, a Investco mantém uma Central de Atendimento, com serviço de ligação gratuita, pelo número 0800 646 3443. Por meio dele, a comunidade pode entrar em contato direto com técnicos prontos para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente, e que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos.

**Site:** Pelo endereço www.investco.com.br a empresa promove e estimula o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e até de outros países. O site é utilizado também para a publicação de notícias sobre a empresa e a usina.

**Publicações em Jornais e Diário Oficial:** Pelos grandes veículos de comunicação regionais e do DOE - TO (Diário Oficial do Estado do Tocantins), a Investco amplia o alcance da comunicação, interagindo com diversos públicos, e não somente com a comunidade local.

**Comerciais via rádio:** Outro veículo que atinge grande parte da população é o rádio. No último ano a Investco veiculou comerciais na rádio CBN com foco institucional e informativos com temas pontuais.

**Visitas à Usina:** Trata-se de uma atividade muito procurada pela comunidade. Após a solicitação por telefone ou e-mail, a Investco recebe grupos de visitantes na usina, acompanhados por técnicos das áreas de comunicação e/ou segurança do trabalho. Na ocasião, os visitantes assistem a um vídeo em 3D que demonstra todo o funcionamento da usina e a outro com orientações de segurança. Os visitantes ainda participam de uma palestra sobre a empresa e veem de perto as instalações da UHE. No último ano, cerca de mil e quinhentas pessoas de diferentes locais do país, e de outros países, conheceram a usina.

**Eventos externos:** A fim de promover o desenvolvimento regional, a conservação do meio ambiente e estimular práticas saudáveis, a Investco patrocina uma série de eventos esportivos e culturais abertos à comunidade. Essas atividades permitem aos participantes conhecerem as políticas de responsabilidade socioambiental da empresa.

### PROJETOS DE EDUCAÇÃO

#### E DESENVOLVIMENTO LOCAL

**Programa EDP nas Escolas:** O programa investe em ações que contribuem para o fortalecimento da educação pública no Brasil, nas regiões com presença da EDP. Seu principal objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida estudantil de alunos de escolas públicas municipais de ensino fundamental. Em 2017 a Escola Municipal de Ensino Fundamental Juscelino Kubitschek, de Lajeado, e a Escola Municipal Francisco Martins Noleto, de Miracema, foram contempladas com este programa. Foram beneficiados 703 alunos que receberam kits com material escolar, incluindo o jogo "Desafio dos Cubos" que dissemina conceitos sobre segurança com energia elétrica. Além disso, 57 educadores participaram da oficina "Desenvolvendo Habilidades Socioemocionais". O Concurso Arte com Energia 2017, motivou alunos e professores a refletirem sobre o tema "Segurança com Energia Elétrica: a vida sempre em primeiro lugar" e produzirem mascotes com materiais recicláveis. As escolas também receberam a Cia. Trem Bão de Teatro e Música, com o espetáculo teatral "Segura a Vida. Vida Segura".

**Projeto Aprender e Crescer 3:** Desenvolvido pela Associação Atlética Atenas, beneficia 200 crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos, moradores de Palmas e Lajeado, no Tocantins. Este projeto tem buscado o desenvolvimento integral dos beneficiados e seus aspectos cognitivo, motor e sócio afetivo, além da inclusão social que o esporte pode proporcionar. Faz interface com as escolas municipais e estaduais, para acompanhamento de nota e desempenho dos alunos, para que obtenham melhor rendimento escolar e uma melhor qualidade de vida e oferece reforço escolar aos participantes.

**Associação das Mulheres Artesãs e Empreendedoras de Lajeado:** A empresa patrocinou a terceira edição do "Encontro de Arte e Cultura de Lajeado/TO", cujo objetivo foi disseminar junto a alunos, professores, gestores de órgãos públicos, responsáveis pela manutenção e preservação do meio ambiente e moradores, a arte e cultura do município de Lajeado. O projeto uniu o trabalho artesanal da AMAE, a visitação à Usina de Lajeado, a gastronomia e apresentações culturais regionais.

**Boca Livre:** Iniciativa voltada a todos os colaboradores (inclusive terceiros) presentes no ambiente de trabalho. Consiste em apresentações de temas contemporâneos, que podem ou não fazer referência ao trabalho, mas que faz sentido à vida de forma geral. O tema "Por que a vida sempre em primeiro lugar..." foi retratado pelo electricista Flávio Peralta, acidentado após sofrer um acidente de trabalho em 1997, quando trocava um transformador.

### AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), em fevereiro de 2016, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias relativas aos exercícios de 2016 e 2017. A PwC iniciou a prestação de serviços em abril de 2016.

Em 2017, a PwC e suas afiliadas não prestaram nenhum serviço adicional à auditoria independente que superasse em 5% o valor contratado. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, e posteriores alterações, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

## BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE

| 1 - Base de Cálculo  | 2017 (R\$ mil)  |                              |                             | 2016 (R\$ mil)  |                              |                             |
|--|---|------------------------------|-----------------------------|---|------------------------------|-----------------------------|
| Receita líquida (RL)   |   | 176.791                      |                             |   | 278.750                      |                             |
| Resultado operacional (RO)   |   | 94.108                       |                             |   | 203.482                      |                             |
| Folha de pagamento bruta (FPB)   |   | 11.126                       |                             |   | 10.824                       |                             |
| 2 - Indicadores Sociais Internos   | R\$ mil   | % sobre FPB                  | % sobre RL                  | R\$ mil   | % sobre FPB                  | % sobre RL                  |
| Alimentação  | 882   | 7,92%                        | 0,50%                       | 872   | 8,06%                        | 0,31%                       |
| Encargos sociais compulsórios  | 2.520   | 22,65%                       | 1,43%                       | 2.587   | 23,90%                       | 0,93%                       |
| Previdência privada  | 287   | 2,58%                        | 0,16%                       | 295   | 2,72%                        | 0,11%                       |
| Saúde  | 666   | 5,99%                        | 0,38%                       | 533   | 4,92%                        | 0,19%                       |
| Segurança e saúde no trabalho  | 50  | 0,45%                        | 0,03%                       | 53  | 0,49%                        | 0,02%                       |
| Educação   | 13  | 0,12%                        | 0,01%                       | 21  | 0,20%                        | 0,01%                       |
| Cultura  | -   | 0,00%                        | 0,00%                       | -   | 0,00%                        | 0,00%                       |
| Capacitação e desenvolvimento profissional   | 345   | 3,10%                        | 0,20%                       | 71  | 0,66%                        | 0,03%                       |
| Creches ou auxílio-creche  | 51  | 0,46%                        | 0,03%                       | 39  | 0,36%                        | 0,01%                       |
| Participação nos lucros ou resultados  | 1.105   | 9,93%                        | 0,63%                       | 1.218   | 11,26%                       | 0,44%                       |
| Programa de Desligamento Voluntário - PDV  | -   | 0,00%                        | 0,00%                       | -   | 0,00%                        | 0,00%                       |
| Outros   | 30  | 0,27%                        | 0,02%                       | 204   | 1,88%                        | 0,07%                       |
| <b>Total - Indicadores sociais internos</b>  | <b>5.949</b>  | <b>53,47%</b>                | <b>3,37%</b>                | <b>5.894</b>  | <b>54,46%</b>                | <b>2,11%</b>                |
| 3 - Indicadores Sociais Externos   | R\$ mil   | % sobre RO                   | % sobre RL                  | R\$ mil   | % sobre RO                   | % sobre RL                  |
| Educação   | 56  | 0,06%                        | 0,03%                       | 15  | 0,01%                        | 0,01%                       |
| Cultura  | 935   | 0,99%                        | 0,53%                       | 764   | 0,38%                        | 0,27%                       |
| Saúde e saneamento   | 400   | 0,42%                        | 0,23%                       | -   | 0,00%                        | 0,00%                       |
| Esporte  | -   | 0,00%                        | 0,00%                       | 147   | 0,07%                        | 0,05%                       |
| Combate à fome e segurança alimentar   | -   | 0,00%                        | 0,00%                       | -   | 0,00%                        | 0,00%                       |
| Outros   | 58  | 0,06%                        | 0,03%                       | -   | 0,00%                        | 0,00%                       |
| <b>Total das contribuições para a sociedade</b>  | <b>1.449</b>  | <b>1,54%</b>                 | <b>0,82%</b>                | <b>926</b>  | <b>0,45%</b>                 | <b>0,33%</b>                |
| 4 - Indicadores Ambientais   | R\$ mil   | % sobre RO                   | % sobre RL                  | R\$ mil   | % sobre RO                   | % sobre RL                  |
| Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa  | 8.952   | 9,51%                        | 5,06%                       | 6.945   | 3,41%                        | 2,49%                       |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos  | -   | 0,00%                        | 0,00%                       | -   | -                            | -                           |
| <b>Total dos investimentos em meio ambiente*</b>   | <b>8.952</b>  | <b>9,51%</b>                 | <b>5,06%</b>                | <b>6.945</b>  | <b>3,41%</b>                 | <b>2,49%</b>                |
| Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa | <input checked="" type="checkbox"/> não possui metas<br><input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%<br><input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75%<br><input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100% |                              |                             | <input checked="" type="checkbox"/> não possui metas<br><input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%<br><input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75%<br><input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100% |                              |                             |
| 5 - Indicadores do Corpo Funcional   | 2017  |                              |                             | 2016  |                              |                             |
| Nº de empregados(as) ao final do período   | 68  |                              |                             | 72  |                              |                             |
| Nº de admissões durante o período  | 5   |                              |                             | 4   |                              |                             |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as)   | 83  |                              |                             | 74  |                              |                             |
| Nº de estagiários(as)  | 0   |                              |                             | 1   |                              |                             |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos  | ND  |                              |                             | ND  |                              |                             |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa  | 17  |                              |                             | 18  |                              |                             |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres  | 0%  |                              |                             | 0%  |                              |                             |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa  | 4   |                              |                             | 4   |                              |                             |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as)  | 0%  |                              |                             | 0%  |                              |                             |
| Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais  | 0   |                              |                             | 0   |                              |                             |
| 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial  | 2017  |                              |                             | 2016  |                              |                             |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa   | 0   |                              |                             | 9%  |                              |                             |
| Número total de acidentes de trabalho  | 0   |                              |                             | 0   |                              |                             |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:   | ( ) direção   | ( x ) direção e gerências    | ( ) todos empregados        | ( ) direção   | ( x ) direção e gerências    | ( ) todos empregados        |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:   | ( x ) direção e gerências   | ( ) todos empregados         | ( ) todos + Cipa            | ( x ) direção e gerências   | ( ) todos empregados         | ( ) todos + Cipa            |
| Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:   | ( ) não se envolve  | ( x ) segue as normas da OIT | ( ) incentiva e segue a OIT | ( ) não se envolve  | ( x ) segue as normas da OIT | ( ) incentiva e segue a OIT |
| A previdência privada contempla:   | ( ) direção   | ( ) direção e gerências      | ( x ) todos empregados      | ( ) direção   | ( ) direção e gerências      | ( x ) todos empregados      |
| A participação dos lucros ou resultados contempla:   | ( ) direção   | ( ) direção e gerências      | ( x ) todos empregados      | ( ) direção   | ( ) direção e gerências      | ( x ) todos empregados      |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:  | ( ) não são considerados  | ( ) são sugeridos            | ( x ) são exigidos          | ( ) não são considerados  | ( ) são sugeridos            | ( x ) são exigidos          |
| Quando à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:  | ( ) não se envolve  | ( ) apóia                    | ( x ) organiza e incentiva  | ( ) não se envolve  | ( ) apóia                    | ( x ) organiza e incentiva  |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)  | na empresa:   | no Procon:                   | na Justiça:                 | na empresa:   | no Procon:                   | na Justiça:                 |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:   | n.a.  | n.a.                         | n.a.                        | n.a.  | n.a.                         | n.a.                        |
|  | na empresa:   | no Procon:                   | na Justiça:                 | na empresa:   | no Procon:                   | na Justiça:                 |
|  | n.a.  | n.a.                         | n.a.                        | n.a.  | n.a.                         | n.a.                        |
| <b>Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):</b>   |   |                              |                             |   |                              |                             |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA):  | governo: 20,43%<br>acionistas: 26,9%<br>colaboradores: 9,1%<br>retido: 28,3%<br>terceiros: 18,3%  |                              |                             | governo: 22,3%<br>acionistas: 19,0%<br>colaboradores: 4,9%<br>retido: 26,8%<br>terceiros: 27%   |                              |                             |
| 7 - Outras Informações   | N/A - Não Aplicável.  |                              |                             |   |                              |                             |
| <b>*Nota:</b> Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção.                                 |   |                              |                             |   |                              |                             |

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

| (Em milhares de reais)               | Nota | 31/12/2017       | 31/12/2016       | 01/01/2016       |   | Nota | 31/12/2017       | 31/12/2016       | 01/01/2016       |
|--------------------------------------|------|------------------|------------------|------------------|---|------|------------------|------------------|------------------|
|                                      |      |                  | Reapresentado    | Reapresentado    |   |      |                  | Reapresentado    | Reapresentado    |
| <b>ATIVO</b>                         |      |                  |                  |                  | <b>PASSIVO</b>                                    |      |                  |                  |                  |
| <b>Circulante</b>                    |      |                  |                  |                  | <b>Circulante</b>                                 |      |                  |                  |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa        | 5    | 23.590           | 25.712           | 49.663           | Fornecedores                                      | 15   | 2.846            | 2.218            | 4.762            |
| Concessionárias                      | 6    | 1.303            | 932              | 1.200            | Impostos e contribuições sociais                  | 8    | 75.976           | 65.675           | 40.529           |
| Rendas a receber                     | 7    | 15.620           | 25.065           | 19.215           | Dividendos  | 16   | 32.541           | 43.920           | 32.459           |
| Impostos e contribuições sociais     | 8    | 17.805           | 7.717            | 7.991            | Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 17   | 8.488            | 11.985           | 8.488            |
| Prêmio de risco - GSF                | 11   | 48               | 48               | 48               | Benefícios pós-emprego                            | 18   | 23               | 57               | 39               |
| Outros créditos                      | 12   | 6.162            | 5.405            | 5.115            | Uso do bem público                                | 19   | 4.574            | 4.584            | 4.268            |
| <b>Total do Ativo Circulante</b>     |      | <b>64.528</b>    | <b>64.879</b>    | <b>83.232</b>    | Provisões   | 20   | 6.063            | 10.354           | 10.829           |
|                                      |      |                  |                  |                  | Outras contas a pagar                             | 12   | 2.521            | 2.666            | 2.365            |
|                                      |      |                  |                  |                  | <b>Total do Passivo Circulante</b>                |      | <b>133.032</b>   | <b>141.459</b>   | <b>103.739</b>   |
| <b>Não circulante</b>                |      |                  |                  |                  | <b>Não circulante</b>                             |      |                  |                  |                  |
| Depósitos vinculados                 | 20   | 713              | 652              | 550              | Tributos diferidos                                | 9    | 37.438           | 39.170           | 41.992           |
| Prêmio de risco - GSF                | 11   | 491              | 539              | 102              | Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 17   | 85.269           | 82.957           | 80.830           |
| Outros créditos                      | 12   | 96               | 182              | 551              | Benefícios pós-emprego                            | 18   | 711              | 642              | 505              |
|                                      |      | <b>1.300</b>     | <b>1.373</b>     | <b>1.203</b>     | Uso do bem público                                | 19   | 43.023           | 45.175           | 43.845           |
| Imobilizado                          | 13   | 1.126.517        | 1.166.383        | 1.201.996        | Provisões   | 20   | 16.972           | 15.678           | 12.239           |
| Intangível                           | 14   | 14.619           | 17.260           | 14.177           | Outras contas a pagar                             | 12   | 863              | 48               | 351              |
| <b>Total do Ativo Não circulante</b> |      | <b>1.141.136</b> | <b>1.183.643</b> | <b>1.216.173</b> | <b>Total do Passivo Não circulante</b>            |      | <b>184.276</b>   | <b>183.670</b>   | <b>179.762</b>   |
|                                      |      | <b>1.142.436</b> | <b>1.185.016</b> | <b>1.217.376</b> | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                         |      |                  |                  |                  |
|                                      |      |                  |                  |                  | Capital social                                    | 21.1 | 804.459          | 804.459          | 804.459          |
|                                      |      |                  |                  |                  | Reservas de capital                               | 21.3 | 14.473           | 14.473           | 14.473           |
|                                      |      |                  |                  |                  | Reservas de lucros                                | 21.3 | 70.351           | 189.026          | 259.794          |
|                                      |      |                  |                  |                  | Outros resultados abrangentes                     |      | 373              | 331              | 356              |
|                                      |      |                  |                  |                  | Prejuízos acumulados                              |      |                  | (83.523)         | (61.975)         |
|                                      |      |                  |                  |                  | <b>Total do Patrimônio líquido</b>                |      | <b>889.656</b>   | <b>924.766</b>   | <b>1.017.107</b> |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                |      | <b>1.206.964</b> | <b>1.249.895</b> | <b>1.300.608</b> | <b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>      |      | <b>1.206.964</b> | <b>1.249.895</b> | <b>1.300.608</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

|   | Nota | 2017            | 2016            |
|---|------|-----------------|-----------------|
|   |      |                 | Reapresentado   |
| <b>Receitas</b>   | 22   | 176.791         | 278.750         |
| <b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b> | 23   |                 |                 |
| Custo do serviço de energia elétrica                      |      | (1.155)         | (1.445)         |
| Custo de operação   |      | (68.138)        | (58.773)        |
|   |      | <b>(69.293)</b> | <b>(60.218)</b> |
| <b>Lucro bruto</b>  |      | <b>107.498</b>  | <b>218.532</b>  |
| <b>Despesas e Receitas operacionais</b>                   | 23   |                 |                 |
| Despesas gerais e administrativas                         |      | (10.244)        | (14.063)        |
| Depreciações e amortizações                               |      | (1.443)         | (1.109)         |
| Outras despesas e receitas operacionais                   |      | (1.703)         | 122             |
|   |      | <b>(13.390)</b> | <b>(15.050)</b> |
| <b>Lucro antes do resultado financeiro e tributos</b>     |      | <b>94.108</b>   | <b>203.482</b>  |
| <b>Resultado financeiro</b>                               | 24   |                 |                 |
| Receitas financeiras                                      |      | 4.191           | 8.604           |
| Despesas financeiras                                      |      | (36.760)        | (72.291)        |
|   |      | <b>(32.569)</b> | <b>(63.687)</b> |
| <b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>             |      | <b>61.539</b>   | <b>139.795</b>  |
| <b>Tributos sobre o lucro</b>                             | 25   |                 |                 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes          |      | (15.480)        | (47.204)        |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos          |      | 1.753           | 2.808           |
|   |      | <b>(13.727)</b> | <b>(44.396)</b> |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                         |      | <b>47.812</b>   | <b>95.399</b>   |
| <b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>       | 26   |                 |                 |
| Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)           |      |                 |                 |
| ON  |      | 0,08465         | 0,17517         |
| PNR   |      | 0,01223         | 0,01223         |
| PNA   |      | 0,08465         | 0,17517         |
| PNB   |      | 0,03669         | 0,03669         |
| PNC   |      | 0,08465         | 0,17517         |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

|  | 2017          | 2016          |
|--|---------------|---------------|
|  |               | Reapresentado |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                    | <b>47.812</b> | <b>95.399</b> |
| Outros resultados abrangentes                        |               |               |
| Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego | 63            | (38)          |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos     | (21)          | 13            |
| <b>Resultado abrangente do exercício</b>             | <b>47.854</b> | <b>95.374</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

|   | 2017            | 2016            |
|---|-----------------|-----------------|
|   |                 | Reapresentado   |
| <b>Geração do valor adicionado</b>                | <b>204.031</b>  | <b>319.462</b>  |
| Receita operacional                               | 195.055         | 307.446         |
| Receita relativa à construção de ativos próprios  | 8.928           | 11.804          |
| Outras receitas                                   | 48              | 212             |
| <b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>        | <b>(26.879)</b> | <b>(28.956)</b> |
| Custos da energia comprada                        | 506             | 56              |
| Encargos de uso da rede elétrica                  | (1.779)         | (1.658)         |
| Materiais   | (8.538)         | (4.800)         |
| Serviços de terceiros                             | (13.825)        | (20.819)        |
| Outros custos operacionais                        | (3.243)         | (1.735)         |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                     | <b>177.152</b>  | <b>290.506</b>  |
| <b>Retenções</b>                                  |                 |                 |
| Depreciações e amortizações                       | (51.303)        | (44.176)        |
| <b>Valor adicionado líquido produzido</b>         | <b>125.849</b>  | <b>246.330</b>  |
| <b>Valor adicionado recebido em transferência</b> |                 |                 |
| Receitas financeiras                              | 4.407           | 9.023           |
| <b>Valor adicionado total a distribuir</b>        | <b>130.256</b>  | <b>255.353</b>  |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>           |                 |                 |
| <b>Pessoal</b>                                    |                 |                 |
| Remuneração direta                                | 9.417           | 10.021          |
| Benefícios  | 1.837           | 1.933           |
| FGTS  | 662             | 624             |
| <b>Impostos, taxas e contribuições</b>            |                 |                 |
| Federais  | 33.094          | 74.175          |
| Estaduais   | 111             | 406             |
| Municipais  | 151             | 98              |
| <b>Remuneração de capitais de terceiros</b>       |                 |                 |
| Juros   | 36.760          | 72.291          |
| Aluguéis  | 412             | 406             |
| <b>Remuneração de capital próprio</b>             |                 |                 |
| Juros sobre capital próprio                       | 35.019          | 48.434          |
| <b>Lucros retidos</b>                             | <b>117.463</b>  | <b>208.388</b>  |
|   | 12.793          | 46.965          |
|   | <b>130.256</b>  | <b>255.353</b>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

#### 1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, uma potência assegurada de 823,3 MW e uma energia assegurada de 526,6 MWh.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 7), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação (1%), a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

#### 1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$47.597 (R\$49.759 em 31 de dezembro de 2016) (Nota 19). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

#### 1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

|  | Nota | 2017             | 2016             |
|--|------|------------------|------------------|
|  |      |                  | Reapresentado    |
| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>                                  |      |                  |                  |
| Lucro antes dos tributos sobre o lucro   |      | 61.539           | 139.795          |
| <b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b> |      |                  |                  |
| Depreciações e amortizações  |      | 51.176           | 44.085           |
| Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados                          |      | 132              | 158              |
| Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos      |      | 19.982           | 52.144           |
| Uso do bem público - atualização monetária e AVP                                   |      | 2.569            | 6.051            |
| Provisão para plano de benefícios pós-emprego                                      |      | 123              | (101)            |
| Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas     |      | 3.785            | 1.737            |
| Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP                   |      | 92               | 1.448            |
| Ajuste a valor presente - Empréstimos e financiamentos                             |      | 7.032            | 6.847            |
| Encargos setoriais - provisão e atualização monetária                              |      | (14)             | (28)             |
| Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária                  |      | (2)              |                  |
| Impostos e contribuições sociais - atualização monetária                           |      | 3.887            | 3.218            |
| Amortização do prêmio de risco - GSF   |      | 48               | 48               |
| Outros   |      |                  | 21               |
|  |      | <b>150.349</b>   | <b>255.423</b>   |
| <b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>                                 |      |                  |                  |
| Concessionárias  |      | (379)            | 276              |
| Impostos e contribuições sociais compensáveis                                      |      | (1.532)          | (2.693)          |
| Cauções e depósitos vinculados   |      | (59)             | (102)            |
| Prêmio de risco - GSF  |      |                  | (485)            |
| Rendas a receber   |      | 9.445            | (5.850)          |
| Outros ativos operacionais   |      | (663)            | 71               |
|  |      | <b>6.812</b>     | <b>(8.783)</b>   |
| <b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>                               |      |                  |                  |
| Fornecedores   |      | 628              | (2.544)          |
| Outros tributos e contribuições sociais  |      | (5.993)          | (918)            |
| Benefícios pós-emprego   |      | (25)             | 218              |
| Provisões  |      | (7.233)          | (5.384)          |
| Uso do bem público   |      | (4.731)          | (4.405)          |
| Outros passivos operacionais   |      | 684              | 5                |
|  |      | <b>(16.670)</b>  | <b>(13.028)</b>  |
| <b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>                               |      | <b>140.491</b>   | <b>233.612</b>   |
| Imposto de renda e contribuição social pagos                                       |      | (18.249)         | (30.681)         |
| <b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>                       |      | <b>122.242</b>   | <b>202.931</b>   |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>                               |      |                  |                  |
| Adições ao Imobilizado e Intangível  |      | (8.569)          | (6.641)          |
| <b>Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento</b>                      |      | <b>(8.569)</b>   | <b>(6.641)</b>   |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>                              |      |                  |                  |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos                                   |      | (89.090)         | (168.989)        |
| Pagamentos de encargos de dívidas  |      | (26.705)         | (51.252)         |
| <b>Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento</b>                     | 28.1 | <b>(115.795)</b> | <b>(220.241)</b> |
| <b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>                            |      | <b>(2.122)</b>   | <b>(23.951)</b>  |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício                                |      | 23.590           | 25.712           |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício                               |      | 25.712           | 49.663           |
|  |      | <b>(2.122)</b>   | <b>(23.951)</b>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Caixa proveniente das atividades operacionais

Imposto de renda e contribuição social pagos

### Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

### Fluxo de caixa das atividades de investimento

Adições ao Imobilizado e Intangível

### Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento

### Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos

Pagamentos de encargos de dívidas

### Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento

### Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

|   | Capital social        | Reservas de capital        | Reservas de lucros        | Outros resultados abrangentes        | Prejuízos acumulados | Lucros       | Total            |
|---|-----------------------|----------------------------|---------------------------|--------------------------------------|----------------------|--------------|------------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>                 | <b>804.459</b>        | <b>14.473</b>              | <b>259.794</b>            | <b>356</b>                           | <b>-</b>             | <b>-</b>     | <b>1.079.082</b> |
| Ajustes de exercícios anteriores                        | -                     | -                          | -                         | -                                    | (61.975)             | -            | (61.975)         |
| <b>Saldos em 01 de janeiro de 2016 (Reapresentado)</b>  | <b>804.459</b>        | <b>14.473</b>              | <b>259.794</b>            | <b>356</b>                           | <b>(61.975)</b>      | <b>-</b>     | <b>1.017.107</b> |
| Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2016        |                       |                            | (23.752)                  |                                      |                      |              | (23.752)         |
| Distribuição de Reservas - RCA de 26/08/2016            |                       |                            | (68.858)                  |                                      |                      |              | (68.858)         |
| Distribuição de Reservas - RCA de 19/12/2016            |                       |                            | (46.671)                  |                                      |                      |              | (46.671)         |
| Lucro líquido do exercício                              |                       |                            |                           |                                      |                      | 95.399       | 95.399           |
| Destinação do lucro:                                    |                       |                            |                           |                                      |                      |              |                  |
| Constituição de reserva legal                           |                       |                            | 5.847                     |                                      |                      | (5.847)      |                  |
| Dividendos intermediários (JSCP)                        |                       |                            |                           |                                      |                      | (48.434)     | (48.434)         |
| Dividendo adicional proposto                            |                       |                            | 62.666                    |                                      |                      | (62.666)     |                  |
| Outros resultados abrangentes                           |                       |                            |                           |                                      |                      |              |                  |
| Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego    |                       |                            |                           |                                      | (38)                 |              | (38)             |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos        |                       |                            |                           |                                      | 13                   |              | 13               |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)</b> | <b>804.459</b>        | <b>14.473</b>              | <b>189.026</b>            | <b>331</b>                           | <b>(83.523)</b>      | <b>-</b>     | <b>924.766</b>   |
|   | <b>Capital social</b> | <b>Reservas de capital</b> | <b>Reservas de lucros</b> | <b>Outros resultados abrangentes</b> | <b>Lucros</b>        | <b>Total</b> |                  |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>                 | <b>804.459</b>        | <b>14.473</b>              | <b>189.026</b>            | <b>331</b>                           | <b>(83.523)</b>      | <b>-</b>     | <b>1.008.289</b> |
| Ajustes de exercícios anteriores                        | -                     | -                          | -                         | -                                    | (83.523)             | -            | (83.523)         |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)</b> | <b>804.459</b>        | <b>14.473</b>              | <b>189.026</b>            | <b>331</b>                           | <b>(83.523)</b>      | <b>-</b>     | <b>924.766</b>   |
| Dividendo adicional aprovado-AGO de 19/04/2017          |                       |                            | (47.945)                  |                                      |                      |              | (47.945)         |
| Lucro líquido do exercício                              |                       |                            |                           |                                      |                      | 47.812       | 47.812           |
| Destinação do lucro:                                    |                       |                            |                           |                                      |                      |              |                  |
| Constituição de reserva legal                           |                       |                            | 2.390                     |                                      |                      | (2.390)      |                  |
| Compensação de ajustes de exercícios anteriores         |                       |                            | (83.523)                  |                                      |                      | 83.523       |                  |
| Dividendos intermediários (JSCP)                        |                       |                            |                           |                                      |                      | (35.019)     | (35.019)         |
| Dividendo adicional proposto                            |                       |                            | 10.403                    |                                      |                      | (10.403)     |                  |
| Outros resultados abrangentes                           |                       |                            |                           |                                      |                      |              |                  |
| Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego    |                       |                            |                           |                                      | 63                   |              | 63               |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos        |                       |                            |                           |                                      | (21)                 |              | (21)             |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>                 | <b>804.459</b>        | <b>14.473</b>              | <b>70.351</b>             | <b>373</b>                           | <b>-</b>             | <b>-</b>     | <b>889.656</b>   |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 2 Base de preparação

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 22 de fevereiro de 2018.

#### 2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**2.6 Redução ao valor recuperável**

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

**Ativo financeiro**

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias (Nota 6) que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**Ativo não financeiro**

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, após proceder ao teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

**2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas**

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade do IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

**2.7.1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia**

**IFRIC 23 - Imposto de Renda - Contabilização de Incertezas sobre tratamentos fiscais (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)**

O IFRS emitiu em junho de 2017 a IFRIC 23, que procura esclarecer a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Muitas vezes não é claro como uma legislação tributária aplica-se a uma transação ou a uma circunstância específica. Neste contexto surge a questão de como os impactos fiscais deveriam ser reconhecidos nas demonstrações financeiras se existirem incertezas em relação a opção do tratamento fiscal feito na declaração de imposto de renda. Para essa análise é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deverá reconhecer o valor nas demonstrações financeiras conforme a declaração de imposto de renda e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deverá reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à declaração de imposto de renda de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

A Administração da Companhia está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da referida norma.

**2.7.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia**

**CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)**

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em correlação à norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018 e substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

A Administração acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

**CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)**

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge (hedge accounting)* menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração revisou seus ativos e passivos financeiros e espera o seguinte impacto da adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018:

(i) No que se refere ao novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, a Administração não espera impacto na adoção desta norma em Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD na rubrica de Concessionárias.

(ii) Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia identificou a alteração de classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A Administração acredita que a alteração na classificação não impactará a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto nos lucros acumulados.

|  | <b>Classificação CPC 38</b> | <b>Classificação CPC 48</b> |
|--|-----------------------------|-----------------------------|
| Bancos conta movimento (Caixa e Equivalentes de caixa) | Empréstimos e recebíveis    | Custo amortizado            |
| Concessionárias  | Empréstimos e recebíveis    | Custo amortizado            |
| Rendas a receber                                       | Empréstimos e recebíveis    | Custo amortizado            |
| Partes relacionadas (Outros créditos)                  | Empréstimos e recebíveis    | Custo amortizado            |

(iii) Em relação à contabilidade de *hedge*, as novas regras não impactarão a Companhia devido a ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

**CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)**

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituirá o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações.

A Companhia é arrendadora dos ativos da UHE Lajeado, conforme descrito nas notas 1.1 e 7. Visto que no CPC 06 (R2) as regras existentes para os arrendadores, em relação à norma anterior, foram substancialmente mantidas, a Administração entende que a adoção da norma não gerará efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em relação aos arrendamentos os quais a Companhia figura como arrendatária, conforme descrito na nota 29.1, a Companhia possui RS204, ajustados a valor presente, em compromissos com arrendamento mercantil operacional, que estão contemplados no escopo da referida norma. No entanto, a Administração ainda não avaliou quais outros ajustes, se houver, são necessários, por exemplo, o tratamento diferente de pagamentos de arrendamento variável e de opções de extensão e rescisão. Por conseguinte, ainda não é possível estimar o montante dos ativos de direito de utilização e os passivos de locação que terão de ser reconhecidos na adoção da nova norma e como isso pode afetar o resultado das demonstrações financeiras e a classificação dos fluxos de caixa futuros.

**Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)**

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47; (ii) Edição do CPC 48; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 - 2016. A Administração acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

**ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)**

Esta interpretação esclarece que a data da transação, para determinar a taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento inicial do item relacionado ao pagamento ou adiantamento, deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente da contraprestação antecipada. Caso haja múltiplos pagamentos ou adiantamentos, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento. A Administração acredita que esta interpretação não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

**2.7.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2017**

**Revisão de Pronunciamento Técnico do CPC nº 10/16**

A revisão estabeleceu alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas, respectivamente. Em relação ao CPC 03 (R2), a Companhia introduziu uma divulgação adicional que permite uma avaliação sobre as mudanças ocorridas nos passivos decorrentes das atividades de financiamento (Nota 28.1). Em relação ao CPC 32, a revisão não refletiu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

**3 Reapresentação dos exercícios anteriores**

De acordo com o CPC 39, as Ações Preferenciais de classes "A", "B", e "C" são registradas como Empréstimos e financiamentos (Nota 17) e os juros e dividendos dessas respectivas ações devem ser reconhecidos como despesa financeira na Demonstração do Resultado.

A Lei nº 12.973/14, em seu artigo 9º, modificou o §3º do artigo 10º da Lei nº 9.249/95, estabelecendo que não são dedutíveis na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social, os lucros e dividendos pagos ou creditados a beneficiários de qualquer espécie de ação prevista no artigo 15º da Lei nº 6.404/76, ainda que classificados como despesa financeira na escrituração comercial.

No exercício de 2017, a Companhia ajustou os impactos fiscais decorrentes da dedução indevida dos juros sobre as Ações Preferenciais nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL.

Conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a retificação de erros requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com o período atual, como se estivessem corretos a partir do início do período mais antigo apresentado, sendo o ajuste registrado em Lucros ou Prejuízos acumulados. Os impactos estão demonstrados nos quadros abaixo:

**3.1 Balanço Patrimonial**

|  | 31/12/2016       |  |  | 01/01/2016       |                  |  |                  |
|--|------------------|--|--|------------------|------------------|--|------------------|
|  | Publicado        | Efeito da tributação sobre ações preferenciais | Reclassificação para melhor apresentação | Reapresentado    | Publicado        | Efeito da tributação sobre ações preferenciais | Reapresentado    |
| <b>Ativo</b>                           |                  |  |  |                  |                  |  |                  |
| <b>Circulante</b>                      |                  |  |  |                  |                  |  |                  |
| Concessionárias                        | 924              |  | 8  | 932              | 1.200            |  | 1.200            |
| Outros créditos                        | 5.413            |  | (8)                                      | 5.405            | 5.115            |  | 5.115            |
| <b>Total do Ativo Circulante</b>       | <b>64.879</b>    | -  | -  | <b>64.879</b>    | <b>83.232</b>    | -  | <b>83.232</b>    |
| <b>Total do Ativo</b>                  | <b>1.249.895</b> | -  | -  | <b>1.249.895</b> | <b>1.300.608</b> | -  | <b>1.300.608</b> |
| <b>Passivo</b>                         |                  |  |  |                  |                  |  |                  |
| <b>Circulante</b>                      |                  |  |  |                  |                  |  |                  |
| Impostos e contribuições sociais       | 12.171           | 53.504   | 65.675                                   | 8.989            | 31.540           | 40.529   | 31.540           |
| <b>Total do Passivo Circulante</b>     | <b>87.955</b>    | <b>53.504</b>                                  | -  | <b>141.459</b>   | <b>31.540</b>    | <b>103.739</b>                                 | <b>31.540</b>    |
| <b>Não circulante</b>                  |                  |  |  |                  |                  |  |                  |
| Tributos diferidos                     | 9.151            | 30.019   | 39.170                                   | 11.557           | 30.435           | 41.992   | 30.435           |
| <b>Total do Passivo Não circulante</b> | <b>153.651</b>   | <b>30.019</b>                                  | -  | <b>183.670</b>   | <b>30.435</b>    | <b>179.762</b>                                 | <b>30.435</b>    |
| <b>Patrimônio líquido</b>              |                  |  |  |                  |                  |  |                  |
| Prejuízos acumulados                   |                  | (83.523)                                       | (83.523)                                 |                  | (61.975)         | (61.975)                                       | (61.975)         |
| <b>Total do Patrimônio líquido</b>     | <b>1.008.289</b> | <b>(83.523)</b>                                | -  | <b>924.766</b>   | <b>(61.975)</b>  | <b>(61.975)</b>                                | <b>1.017.107</b> |
| <b>Total do Passivo</b>                | <b>1.249.895</b> | -  | -  | <b>1.249.895</b> | <b>1.300.608</b> | -  | <b>1.300.608</b> |

**3.2 Demonstração do Resultado**

|   | 2016            |  |                 |
|---|-----------------|--|-----------------|
|   | Publicado       | Efeito da tributação sobre ações preferenciais | Reapresentado   |
| <b>Resultado financeiro</b>                       |                 |  |                 |
| Despesas financeiras                              | (68.472)        | (59.868)                                       | (3.819)         |
| <b>Total</b>                                      | <b>143.614</b>  | <b>(83.819)</b>                                | <b>(72.291)</b> |
| <b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b> |                 |  |                 |
| <b>Tributos sobre o lucro</b>                     |                 |  |                 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes  | (29.060)        |  | (18.144)        |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos  | 2.393           |  | 415             |
| <b>Total</b>                                      | <b>(26.667)</b> | <b>(17.729)</b>                                | <b>(44.396)</b> |
| <b>Total</b>                                      | <b>116.947</b>  | <b>(21.548)</b>                                | <b>95.399</b>   |

**3.3 Demonstração do Fluxo de Caixa**

|   | 2016             |  |                  |
|---|------------------|--|------------------|
|   | Publicado        | Efeito da tributação sobre ações preferenciais | Reapresentado    |
| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>             |                  |  |                  |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social      | 143.614          | (3.819)  | 139.795          |
| Impostos e contribuições sociais - atualização monetária      | (601)            | 3.819  | 3.218            |
| <b>Caixa aplicado nas atividades operacionais</b>             | <b>233.612</b>   | -  | <b>233.612</b>   |
| <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>  | <b>(6.641)</b>   | -  | <b>(6.641)</b>   |
| <b>Caixa líquido proveniente das atividades financiamento</b> | <b>(220.241)</b> | -  | <b>(220.241)</b> |
| <b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>       | <b>(23.951)</b>  | -  | <b>(23.951)</b>  |

**3.4 Demonstração do Valor Adicionado**

|  | 2016           |  |                |
|--|----------------|--|----------------|
|  | Publicado      | Efeito da tributação sobre ações preferenciais | Reapresentado  |
| <b>Valor adicionado total a distribuir</b> | 255.353        | -  | 255.353        |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>    |                |  |                |
| Impostos, taxas e contribuições Federais   | 56.446         | 17.729   | 74.175         |
| Remuneração de capitais de terceiros       | 68.472         | 3.819  | 72.291         |
| Juros                                      | <b>186.840</b> | <b>21.548</b>                                  | <b>208.388</b> |
| <b>Total</b>                               | <b>68.513</b>  | <b>(21.548)</b>                                | <b>46.965</b>  |
| Lucros retidos                             | 255.353        | -  | 255.353        |

**3.5 Demonstração do Resultado Abrangente**

|                                   | 2016      |  |               |
|-----------------------------------|-----------|--|---------------|
|                                   | Publicado | Efeito da tributação sobre ações preferenciais | Reapresentado |
| Lucro líquido do exercício        | 116.947   | (21.548)                                       | 95.399        |
| Resultado abrangente do exercício | 116.922   | (21.548)                                       | 95.374        |

**4 Eventos significativos no exercício**

**4.1 Ministério de Minas e Energia - MME abre consultas públicas para remodelagem do setor elétrico**

Em 03 de julho de 2017 o MME abriu para processo de consulta pública (nº 32/17), o relatório "Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro". O documento apresenta princípios para o aprimoramento da estrutura legal, institucional e regulatória do setor. Adicionalmente, em 05 de julho de 2017, o MME disponibilizou a consulta pública nº 33/17 em que apresenta diversas medidas das quais destacam-se: o ajuste legal na autoprodução, ajustes na formação de preço, redução dos limites para acesso ao mercado livre, redução de custo na transmissão e geração, separação do lastro de energia, novas diretrizes para fixação de tarifas, e medidas para afastar a judicialização no setor.

As referidas consultas públicas receberam contribuições até os dias 2 e 17 de agosto, respectivamente, sendo o Grupo EDP - Energias do Brasil elaborador de profundos estudos e simulações, que contam com a participação de mais de 60 colaboradores, universidades, centros de pesquisa e ainda uma consultoria externa, Bain & CO, para atuar de maneira propositiva e abrangente, resultando em oito volumes de contribuições, compostos pela visão do Grupo para a reforma do setor elétrico brasileiro, seis notas técnicas temáticas e um caderno jurídico.

Com as mudanças propostas, espera-se um ambiente de negócios mais dinâmico, com expansão do mercado livre e liberdade de escolha dos clientes, sinais de preço que induzam eficiência, inserção da tecnologia na gestão dos equipamentos de rede e de produção, a expansão da oferta com mecanismo sustentável e paga por todos os agentes, e mais racionalidade econômica aos subsídios. Todos esses resultados tendem a trazer eficiência e agregar valor ao Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Governo Federal está trabalhando na preparação de uma Medida Provisória ou de um Projeto de Lei, com vistas a implementar as alterações propostas na consulta pública.

**4.2 Oferta Pública de Aquisição de Ações - OPA para as ações preferenciais de classe "A"**

Em 2011 acionistas detentores de ações preferenciais classe "C" (PNC), apresentaram requerimento à CVM para que esta determinasse à EDP - Energias do Brasil, a realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações - OPA das ações PNC por aumento de participação.

A análise realizada pela CVM sobre a conformidade das transações realizadas com as ações PNC no ano de 2008 concluiu que não houve a ocorrência do fato gerador da obrigação de realizar OPA por aumento de participação do controlador. No mesmo processo, a CVM concluiu que as aquisições de ações preferenciais classe "A" (PNA) feitas pela Rede Lajeado Energia S.A. (então sob controle do Grupo Rede Energia) ultrapassaram o limite de 1/3 da mesma classe de ações, o que ensejaria a obrigação da Lajeado Energia S.A. (sucessora da Rede Lajeado Energia S.A.) de realizar OPA das ações PNA.

Em atendimento à decisão proferida pela CVM, comunicada nos termos do Ofício nº 249/2017/CVM/SER/GER-1 de 24 de agosto de 2017, a Lajeado Energia protocolou, em 10 de outubro de 2017, Pedido de Registro de Oferta Pública de Ações por Aumento de Participação, para a realização da Oferta, sob procedimento diferenciado, conforme deferido pelo Colegiado da CVM na referida decisão.

A OPA, depois de concedido o registro pela CVM, será dirigida aos detentores de PNA e se estenderá a 8.075.542 ações.

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

|   | 31/12/2017    | 31/12/2016    |
|---|---------------|---------------|
| Bancos conta movimento                    | 593           | 983           |
| Aplicações financeiras                    |               |               |
| Certificados de Depósitos Bancários - CDB | 22.997        | 24.729        |
| <b>Total</b>                              | <b>23.590</b> | <b>25.712</b> |

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam de 90,00% a 96,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

**6 Concessionárias**

|                                  | 31/12/2017   | 31/12/2016 |
|----------------------------------|--------------|------------|
| <b>Circulante</b>                |              |            |
| Concessionárias                  |              |            |
| Suprimento de energia elétrica   | 501          | 529        |
| Energia de curto prazo           | 747          | 350        |
| Encargos de uso da rede elétrica | 55           | 53         |
| <b>Total Circulante</b>          | <b>1.303</b> | <b>932</b> |

Os saldos de Concessionárias são totalmente vincendos e são reconhecidos ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PECLD uma vez que a Companhia não possui saldos vencidos a receber em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.4.



**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

**13.1 Composição do imobilizado**

|   | 31/12/2017                         |                  |                  |                       | 31/12/2016    |                                    |                  |                  |                       |               |
|---|------------------------------------|------------------|------------------|-----------------------|---------------|------------------------------------|------------------|------------------|-----------------------|---------------|
|   | Taxas anuais médias de depreciação |                  | Custo histórico  | Depreciação acumulada | Valor líquido | Taxas anuais médias de depreciação |                  | Custo histórico  | Depreciação acumulada | Valor líquido |
|   | %                                  |                  |                  |                       |               | %                                  |                  |                  |                       |               |
| <b>Imobilizado em serviço</b>                   |                                    |                  |                  |                       |               |                                    |                  |                  |                       |               |
| Geração   |                                    |                  |                  |                       |               |                                    |                  |                  |                       |               |
| Terrenos  |                                    |                  | 114.510          |                       |               |                                    | 114.510          |                  |                       | 114.510       |
| Reservatórios, barragens e adutoras             | 2,00                               | 694.745          | (207.520)        | 487.225               | 2,00          | 694.745                            | (193.626)        | 501.119          |                       |               |
| Edificações, obras civis e benfeitorias         | 2,26                               | 333.683          | (119.730)        | 213.953               | 3,24          | 333.427                            | (112.037)        | 221.390          |                       |               |
| Máquinas e equipamentos                         | 3,07                               | 416.365          | (171.538)        | 244.827               | 4,54          | 404.717                            | (156.521)        | 248.196          |                       |               |
| Veículos  | 14,29                              | 650              | (466)            | 184                   | 14,29         | 650                                | (419)            | 231              |                       |               |
| Móveis e utensílios                             | 6,25                               | 20               | (5)              | 15                    | 6,25          | 20                                 | (4)              | 16               |                       |               |
|   |                                    | <b>1.559.973</b> | <b>(499.259)</b> | <b>1.060.714</b>      |               | <b>1.548.069</b>                   | <b>(462.607)</b> | <b>1.085.462</b> |                       |               |
| Sistema de transmissão de conexão (Nota 13.1.1) |                                    |                  |                  |                       |               |                                    |                  |                  |                       |               |
| Edificações, obras civis e benfeitorias         | 3,31                               | 8.328            | (6.238)          | 2.090                 | 3,33          | 8.328                              | (5.193)          | 3.135            |                       |               |
| Máquinas e equipamentos                         | 3,18                               | 73.603           | (47.243)         | 26.360                | 3,25          | 72.883                             | (36.804)         | 36.079           |                       |               |
|   |                                    | <b>81.931</b>    | <b>(53.481)</b>  | <b>28.450</b>         |               | <b>81.211</b>                      | <b>(41.997)</b>  | <b>39.214</b>    |                       |               |
| Administração                                   |                                    |                  |                  |                       |               |                                    |                  |                  |                       |               |
| Máquinas e equipamentos                         | 11,26                              | 1.224            | (723)            | 501                   | 10,81         | 1.149                              | (615)            | 534              |                       |               |
| Veículos  | 14,29                              | 721              | (349)            | 372                   | 14,29         | 805                                | (314)            | 491              |                       |               |
| Móveis e utensílios                             | 6,25                               | 750              | (316)            | 434                   | 6,25          | 394                                | (253)            | 141              |                       |               |
|   |                                    | <b>2.695</b>     | <b>(1.388)</b>   | <b>1.307</b>          |               | <b>2.348</b>                       | <b>(1.182)</b>   | <b>1.166</b>     |                       |               |
| <b>Total do imobilizado em serviço</b>          |                                    | <b>1.644.599</b> | <b>(554.128)</b> | <b>1.090.471</b>      |               | <b>1.631.628</b>                   | <b>(505.786)</b> | <b>1.125.842</b> |                       |               |
| <b>Imobilizado em curso</b>                     |                                    |                  |                  |                       |               |                                    |                  |                  |                       |               |
| Geração   |                                    |                  |                  | 35.678                |               |                                    |                  | 40.410           |                       |               |
| Administração                                   |                                    |                  |                  | 368                   |               |                                    |                  | 131              |                       |               |
| <b>Total do imobilizado em curso</b>            |                                    |                  |                  | <b>36.046</b>         |               |                                    |                  | <b>40.541</b>    |                       |               |
| <b>Total do imobilizado</b>                     |                                    | <b>1.680.645</b> | <b>(554.128)</b> | <b>1.126.517</b>      |               | <b>1.672.169</b>                   | <b>(505.786)</b> | <b>1.166.383</b> |                       |               |

**13.1.1 Linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)**

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compoem o Sistema de Transmissão de Conexão, R\$28.450 (R\$39.214 em 31 de dezembro de 2016) relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica. A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia que realizaria Leilão de Transmissão que previa a licitação destes ativos, dentre outras instalações, com vistas a atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

A ANEEL promoveu os Leilões de Transmissão nº 04/14 e nº 01/15 em 18 de novembro de 2014 e 26 de agosto de 2015, respectivamente, todavia, não houve propostas para os respectivos ativos.

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 13/15-ANEEL o qual a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa sagrou-se vencedora do Lote P, o qual continha estes ativos. Em 27 de junho de 2016 a Taesa assinou o contrato de concessão sendo que a implantação e entrada em operação comercial das novas instalações está prevista para ocorrer até 27 de dezembro de 2019. Os respectivos ativos serão transferidos à transmissora, sem ônus, em até 180 dias após a efetiva entrada em operação comercial das novas instalações a serem implantadas pela transmissora.

Com base no CPC 27 - Ativo imobilizado, devido a redução do prazo de vida útil destes ativos, a Companhia iniciou o processo de aceleração da depreciação dos mesmos a partir da competência de junho de 2016, data de assinatura do contrato de concessão pela Taesa, e assim continuará até a efetiva transferência dos ativos em dezembro de 2019.

**13.2 Movimentação do imobilizado**

|   | Valor líquido |                  | Transf. para imobilizado em serviço | Depreciações    | Reclas-sificação | Valor líquido |                    |
|---|---------------|------------------|-------------------------------------|-----------------|------------------|---------------|--------------------|
|   | Nota          | 31/12/2016       |                                     |                 |                  | Ingressos     | 31/12/2017         |
| <b>Imobilizado em serviço</b>           |               |                  |                                     |                 |                  |               |                    |
| Terrenos                                |               | 114.510          |                                     |                 |                  |               | 114.510            |
| Reservatórios, barragens e adutoras     |               | 501.119          |                                     | (13.894)        |                  |               | 487.225            |
| Edificações, obras civis e benfeitorias |               | 224.525          | 256                                 | (8.738)         |                  |               | 216.043            |
| Máquinas e equipamentos                 |               | 284.809          | 12.443                              | (25.564)        |                  |               | 271.688            |
| Veículos                                |               | 722              |                                     | (160)           | (6)              |               | 556                |
| Móveis e utensílios                     |               | 157              |                                     | (64)            |                  |               | 449                |
| <b>Total do imobilizado em serviço</b>  |               | <b>1.125.842</b> | <b>-</b>                            | <b>13.055</b>   | <b>(48.420)</b>  | <b>(6)</b>    | <b>- 1.090.471</b> |
| <b>Imobilizado em curso</b>             |               |                  |                                     |                 |                  |               |                    |
| Terrenos                                |               | 2.082            |                                     |                 |                  | (2.082)       | -                  |
| Reservatórios, barragens e adutoras     |               | 738              | 780                                 |                 | (98)             |               | 1.420              |
| Edificações, obras civis e benfeitorias |               | 256              | 80                                  | (256)           |                  |               | 80                 |
| Máquinas e equipamentos                 |               | 14.243           | 7.179                               | (12.443)        |                  | 1.096         | 10.075             |
| Adiantamento a fornecedores             |               | 4.191            |                                     |                 |                  | (1.131)       | 3.060              |
| Depósitos Judiciais                     | 20.1.1.1      | 14.305           |                                     |                 |                  | 2.082         | 16.387             |
| Outros                                  |               | 4.726            | 480                                 | (356)           | (28)             | 202           | 5.024              |
| <b>Total do imobilizado em curso</b>    |               | <b>40.541</b>    | <b>8.519</b>                        | <b>(13.055)</b> | <b>-</b>         | <b>(126)</b>  | <b>167 36.046</b>  |
| <b>Total do imobilizado</b>             |               | <b>1.166.383</b> | <b>8.519</b>                        | <b>-</b>        | <b>(48.420)</b>  | <b>(132)</b>  | <b>1.126.517</b>   |

**14 Intangível**

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

**17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

**17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

|                             | Moeda nacional | Finalidade                                     | 31/12/2017          |                         |                          |               | 31/12/2016          |                         |                          |               |
|-----------------------------|----------------|--|---------------------|-------------------------|--------------------------|---------------|---------------------|-------------------------|--------------------------|---------------|
|                             |                |  | Encargos Circulante | Encargos Não circulante | Principal Não circulante | Total         | Encargos Circulante | Encargos Não circulante | Principal Não circulante | Total         |
| Ações recebíveis cumulativa |                | Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C" | 8.488               | 40.251                  | 45.018                   | 93.757        | 11.985              | 41.542                  | 41.415                   | 94.942        |
| <b>Total</b>                |                |  | <b>8.488</b>        | <b>40.251</b>           | <b>45.018</b>            | <b>93.757</b> | <b>11.985</b>       | <b>41.542</b>           | <b>41.415</b>            | <b>94.942</b> |

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$93.757 (R\$94.942 em 31 de dezembro de 2016) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

**17.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

|                       | Valor líquido em 31/12/2016 |                 | Juros provisionados |                | Ajuste a valor presente | Valor líquido em 31/12/2017 |
|-----------------------|-----------------------------|-----------------|---------------------|----------------|-------------------------|-----------------------------|
|                       | Principal                   | Pagamentos      | Transferências      |                |                         |                             |
| <b>Circulante</b>     |                             |                 |                     |                |                         |                             |
| Juros                 | 11.985                      | (28.199)        | 19.982              | 4.720          | -                       | 8.488                       |
|                       | <b>11.985</b>               | <b>(28.199)</b> | <b>19.982</b>       | <b>4.720</b>   | <b>-</b>                | <b>8.488</b>                |
| <b>Não circulante</b> |                             |                 |                     |                |                         |                             |
| Principal             | 41.415                      |                 |                     |                | 3.603                   | 45.018                      |
| Juros                 | 41.542                      |                 |                     | (4.720)        | 3.429                   | 40.251                      |
|                       | <b>82.957</b>               | <b>-</b>        | <b>-</b>            | <b>(4.720)</b> | <b>7.032</b>            | <b>85.269</b>               |

Os juros provisionados de R\$19.982 estão compostos por: (i) R\$14.721 referem-se aos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia e deliberados pela AGO de 19 de abril de 2017 (Nota 16); e (ii) R\$5.261 referem-se ao JSCP deliberados em RCA de 21 de dezembro de 2017 (Nota 16), líquido do montante de dividendo fixo já provisionado. Todos os montantes foram registrados em contrapartida a débito no Resultado Financeiro (Nota 24).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**14.1 Composição do intangível**

|   | 31/12/2017                         |       |                 |                       | 31/12/2016    |                                    |               |                 |                       |               |
|---|------------------------------------|-------|-----------------|-----------------------|---------------|------------------------------------|---------------|-----------------|-----------------------|---------------|
|   | Taxas anuais médias de amortização |       | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido | Taxas anuais médias de amortização |               | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido |
|   | %                                  |       |                 |                       |               | %                                  |               |                 |                       |               |
| <b>Intangível em serviço</b>                    |                                    |       |                 |                       |               |                                    |               |                 |                       |               |
| Geração   |                                    |       |                 |                       |               |                                    |               |                 |                       |               |
| Software  |                                    | 20,00 | 78              | (52)                  | 26            | 20,00                              | 76            | (37)            | 39                    |               |
| Direito de concessão - Licenças ambientais      |                                    | 25,42 | 8.100           | (3.982)               | 4.118         | 20,00                              | 8.100         | (1.922)         | 6.178                 |               |
| Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP |                                    | 3,22  | 20.137          | (10.420)              | 9.717         | 3,22                               | 20.137        | (9.772)         | 10.365                |               |
|   |                                    |       | <b>28.315</b>   | <b>(14.454)</b>       | <b>13.861</b> |                                    | <b>28.313</b> | <b>(11.731)</b> | <b>16.582</b>         |               |
| Sistema de transmissão de conexão (Nota 13.1.1) |                                    |       |                 |                       |               |                                    |               |                 |                       |               |
| Servidão permanente                             |                                    | 27,91 | 111             | (49)                  | 62            | 13,21                              | 111           | (18)            | 93                    |               |
|   |                                    |       | <b>111</b>      | <b>(49)</b>           | <b>62</b>     |                                    | <b>111</b>    | <b>(18)</b>     | <b>93</b>             |               |
| Administração                                   |                                    |       |                 |                       |               |                                    |               |                 |                       |               |
| Software  |                                    | 20,00 | 1.973           | (1.648)               | 325           | 20,00                              | 1.671         | (1.519)         | 152                   |               |
|   |                                    |       | <b>1.973</b>    | <b>(1.648)</b>        | <b>325</b>    |                                    | <b>1.671</b>  | <b>(1.519)</b>  | <b>152</b>            |               |
| <b>Total do intangível em serviço</b>           |                                    |       | <b>30.399</b>   | <b>(16.151)</b>       | <b>14.248</b> |                                    | <b>30.095</b> | <b>(13.268)</b> | <b>16.827</b>         |               |
| <b>Intangível em curso</b>                      |                                    |       |                 |                       |               |                                    |               |                 |                       |               |
| Geração   |                                    |       | 19              |                       | 19            |                                    | 28            |                 | 28                    |               |
| Administração                                   |                                    |       | 352             |                       | 352           |                                    | 405           |                 | 405                   |               |
| <b>Total do intangível em curso</b>             |                                    |       | <b>371</b>      | <b>-</b>              | <b>371</b>    |                                    | <b>433</b>    | <b>-</b>        | <b>433</b>            |               |
| <b>Total do intangível</b>                      |                                    |       | <b>30.770</b>   | <b>(16.151)</b>       | <b>14.619</b> |                                    | <b>30.528</b> | <b>(13.268)</b> | <b>17.260</b>         |               |

**14.2 Movimentação do intangível**

|   | Valor líquido |            | Transf. para intangível em serviço | Amortizações | Reclas-sificação | Valor líquido  |                 |
|---|---------------|------------|------------------------------------|--------------|------------------|----------------|-----------------|
|   | Nota          | 31/12/2016 |                                    |              |                  | Ingressos      | 31/12/2017      |
| <b>Intangível em serviço</b>                    |               |            |                                    |              |                  |                |                 |
| Software  |               |            |                                    | 191          |                  |                | 351             |
| Servidão permanente                             |               |            |                                    | 93           |                  |                | 62              |
| Direito de concessão - Licenças ambientais      |               |            |                                    | 6.178        | (2.060)          |                | 4.118           |
| Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP |               | 14.2.1     | 10.365                             |              | (648)            |                | 9.717           |
| <b>Total do intangível em serviço</b>           |               |            | <b>16.827</b>                      | <b>-</b>     | <b>304</b>       | <b>(2.883)</b> | <b>- 14.248</b> |
| <b>Intangível em curso</b>                      |               |            |                                    |              |                  |                |                 |
| Software  |               |            | 433                                | 409          | (304)            |                | (167)           |
| <b>Total do intangível em curso</b>             |               |            | <b>433</b>                         | <b>409</b>   | <b>(304)</b>     | <b>-</b>       | <b>(167)</b>    |
| <b>Total do intangível</b>                      |               |            | <b>17.260</b>                      | <b>409</b>   | <b>-</b>         | <b>(2.883)</b> | <b>(167)</b>    |

**14.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP**

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo (Nota 19). A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

**15 Fornecedores**

|                                  | Circulante   |              |
|----------------------------------|--------------|--------------|
|                                  | 31/12/2017   | 31/12/2016   |
| Encargos de uso da rede elétrica | 180          | 170          |
| Materiais e serviços             | 2.666        | 2.048        |
| <b>Total</b>                     | <b>2.846</b> | <b>2.218</b> |

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

**16 Dividendos**

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada em AGO, realizada em 19 de abril de 2017, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Foram distribuídos: (i) JSCP no valor de R\$62.534, sendo R\$48.434 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de classe "R" e R\$14.100 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classe "A", "B" e "C", já contabilizados no exercício de 2016 conforme RCA de 19 de dezembro de 2016; e (ii) dividendos adicionais no valor de R\$62.666, sendo R\$47.945 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$14.721 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classes "A" e "C" (Nota 17.2). O JSCP foram pagos integralmente em 0

## NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 18.1 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Companhia de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2017 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo benefício definido. Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passivo no exercício:

|  | Valor presente das obrigações do plano | (Passivo) reconhecido |
|--|--|-----------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2016              | (674)                                  | (674)                 |
| Custo do serviço corrente                    | (39)                                   | (39)                  |
| Custo dos juros                              | (84)                                   | (84)                  |
| Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL | 63                                     | 63                    |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017              | <b>(734)</b>                           | <b>(734)</b>          |

### 18.2 Contribuição definida

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é feita adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no exercício com R\$215 (R\$228 em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017 este plano tem a adesão de 48 colaboradores (47 em 31 de dezembro de 2016).

### 19 Uso do Bem Público - UBP

O UBP é um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 14) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão.

No exercício de 2017, todas as parcelas foram pagas e, em 31 de dezembro de 2017, o saldo remanescente encontra-se segregado no circulante e não circulante.

Segue abaixo movimentação no exercício:

|                       | Saldo em 31/12/2016 | Ajuste a Valor presente | Encargos e atualizações monetárias | Pagamentos     | Transferências | Saldo em 31/12/2017 |
|-----------------------|---------------------|-------------------------|------------------------------------|----------------|----------------|---------------------|
| <b>Circulante</b>     |                     |                         |                                    |                |                |                     |
| Uso do Bem Público    | 4.584               | 1                       | (5)                                | (4.731)        | 4.725          | 4.574               |
|                       | <b>4.584</b>        | <b>1</b>                | <b>(5)</b>                         | <b>(4.731)</b> | <b>4.725</b>   | <b>4.574</b>        |
| <b>Não circulante</b> |                     |                         |                                    |                |                |                     |
| Uso do Bem Público    | 45.175              | 2.984                   | (411)                              | -              | (4.725)        | 43.023              |
|                       | <b>45.175</b>       | <b>2.984</b>            | <b>(411)</b>                       | <b>-</b>       | <b>(4.725)</b> | <b>43.023</b>       |

### 20 Provisões e Depósitos vinculados

|  | Passivo   |                       |                           |               |               | Ativo                     |            |
|--|-----------|-----------------------|---------------------------|---------------|---------------|---------------------------|------------|
|  | Provisões |                       |                           |               |               | Depósitos vinculados      |            |
|  | Nota      | Circulante 31/12/2017 | Não circulante 31/12/2017 | 31/12/2016    | 31/12/2017    | Não circulante 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas | 20.1      |                       | 14.230                    | 10.931        | 713           | 652                       |            |
| Licenças ambientais                      | 20.2      | 6.063                 | 10.354                    | 2.742         | 4.747         |                           |            |
| <b>Total</b>                             |           | <b>6.063</b>          | <b>10.354</b>             | <b>16.972</b> | <b>15.678</b> | <b>713</b>                | <b>652</b> |

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

#### 20.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

#### 20.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

|                | Passivo             |              |              |              |                         | Ativo               |            |
|----------------|---------------------|--------------|--------------|--------------|-------------------------|---------------------|------------|
|                | Provisões           |              |              |              |                         | Depósito judicial   |            |
|                | Saldo em 31/12/2016 | Constituição | Pagamentos   | Reversões    | Atualizações monetárias | Saldo em 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Trabalhistas   | 110                 | 252          | (226)        | (122)        | 111                     | 125                 | 573        |
| Cíveis         | 9.321               |              | (260)        | (231)        | 1.001                   | 9.831               | 573        |
| Fiscais        | -                   | 1.805        |              |              | 969                     | 2.774               |            |
| Outros         | 1.500               |              |              |              |                         | 1.500               |            |
| <b>Total</b>   | <b>10.931</b>       | <b>2.057</b> | <b>(486)</b> | <b>(353)</b> | <b>2.081</b>            | <b>14.230</b>       | <b>573</b> |
| Não circulante | 10.931              |              |              |              |                         | 14.230              | 573        |
| <b>Total</b>   | <b>10.931</b>       |              |              |              |                         | <b>14.230</b>       | <b>573</b> |

#### 20.1.1.1 Cíveis

##### Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$3.455 (R\$3.613 em 31 de dezembro de 2016).

##### Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$6.376 (R\$5.708 em 31 de dezembro de 2016). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R\$16.387 e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 13.2).

#### 20.1.1.2 Fiscais

Referem-se a discussões na esfera administrativa acerca da cobrança de multas por suposta ausência de escrituração de notas fiscais relativo ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2016, no montante em 31 de dezembro de 2017 de R\$2.774. Atualmente a Companhia apresentou defesas e aguarda os julgamentos.

#### 20.1.1.3 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

#### 20.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

|              | Ativo             |               |            |            |
|--------------|-------------------|---------------|------------|------------|
|              | Depósito judicial |               |            |            |
|              | 31/12/2017        | 31/12/2016    | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Trabalhistas |                   | 322           | 26         | 73         |
| Cíveis       | 98.889            | 91.447        |            |            |
| Fiscais      | 7.506             | 2.995         |            |            |
| <b>Total</b> | <b>106.395</b>    | <b>94.764</b> | <b>26</b>  | <b>73</b>  |

#### 20.1.2.1 Cíveis

##### Indenizações

Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 20.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de dezembro de 2017 de R\$98.241 (R\$91.032 em 31 de dezembro de 2016).

##### Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 20.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2017 de R\$58 (R\$53 em 31 de dezembro de 2016).

#### Resolução CNPE nº 03/13

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS). Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/13, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interps recurso especial. As contrarrazões foram protocoladas pela APINE em 04 de maio de 2017. Aguarda-se julgamento do recurso.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$426 (R\$182 em 31 de dezembro de 2016).

#### 20.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2017 é de R\$114 (R\$6 em 31 de dezembro de 2016).

#### 20.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$8.423 (R\$6.945 em 2016). Deste montante, R\$6.747 (R\$4.784 em 2016) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$1.676 (R\$2.161 em 2016) são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

| Licenças ambientais | Saldo em 31/12/2016 | Consti-tuição | Pagamentos     | Atualização monetária | Transferências | Ajuste a valor presente | Saldo em 31/12/2017 |
|---------------------|---------------------|---------------|----------------|-----------------------|----------------|-------------------------|---------------------|
| Circulante          | 10.354              | 359           | (6.747)        | (110)                 | 2.199          | 8                       | 6.063               |
| Não circulante      | 4.747               |               |                | (106)                 | (2.199)        | 300                     | 2.742               |
| <b>Total</b>        | <b>15.101</b>       | <b>359</b>    | <b>(6.747)</b> | <b>(216)</b>          | <b>-</b>       | <b>308</b>              | <b>8.805</b>        |

### 21 Patrimônio líquido

#### 21.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R\$961.794. Para fins das demonstrações financeiras, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de dezembro de 2017 e 2016 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 17). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houve variações na composição do Capital social em 31 de dezembro de 2017 face a 31 de dezembro de 2016. Segue a composição do Capital social:

|   | 31/12/2017 e 31/12/2016 |                |                     |                |                     |                |                     |                |                     |                |
|---|-------------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|
|   | Em milhares de ações    |                |                     |                |                     |                |                     |                |                     |                |
|   | Qtd. de ações "ON"      | % Participação | Qtd. de ações "PNR" | % Participação | Qtd. de ações "PNA" | % Participação | Qtd. de ações "PNB" | % Participação | Qtd. de ações "PNC" | % Participação |
| <b>Acionistas</b>                       |                         |                |                     |                |                     |                |                     |                |                     |                |
| CEB Lajeado S.A.                        | 80.440                  | 20,00          | 51.112              | 20,00          | 980                 | 6,02           | 1.031               | 20,00          |                     | 133.563        |
| Paulista Lajeado Energia S.A.           | 28.154                  | 7,00           | 17.889              | 7,00           | 343                 | 2,11           | 361                 | 7,00           |                     | 46.747         |
| EDP - Energias do Brasil S.A.           |                         |                |                     |                |                     |                |                     |                | 35.947              | 33,53          |
| Lajeado Energia S.A.                    | 293.608                 | 73,00          | 186.559             | 73,00          | 6.684               | 41,04          | 3.764               | 73,00          |                     | 490.615        |
| Companhia Paranaense de Energia - COPEL |                         |                |                     |                | 6.425               | 39,45          |                     |                |                     | 6.425          |
| Furnas Centrais Elétricas S.A.          |                         |                |                     |                | 1.650               | 10,13          |                     |                |                     | 1.650          |
| Outros                                  |                         |                |                     |                | 207                 | 1,25           |                     |                | 71.252              | 66,47          |
|   | <b>402.202</b>          | <b>100,00</b>  | <b>255.560</b>      | <b>100,00</b>  | <b>16.289</b>       | <b>100,00</b>  | <b>5.156</b>        | <b>100,00</b>  | <b>107.199</b>      | <b>100,00</b>  |
|   |                         |                |                     |                |                     |                |                     |                | <b>786.406</b>      | <b>100,00</b>  |

#### 21.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

|                                    | Nota | 31/12/2017    |
|------------------------------------|------|---------------|
| <b>Lucro a ser destinado</b>       |      |               |
| Lucro líquido apurado no exercício |      | 47.812        |
| Lucro líquido ajustado             |      | <b>47.812</b> |
| Constituição da reserva legal - 5% |      | (2.390)       |
|                                    |      | <b>45.422</b> |

#### Destinação do lucro

Dividendos intermediários - JSCP

Dividendo adicional proposto

|  |      |               |
|--|------|---------------|
|  | 16   | 35.019        |
|  | 21.3 | 10.403        |
|  |      | <b>45.422</b> |

Dividendos por ação ON - JSCP

Dividendos por ação PNR - JSCP

|  |  |         |
|--|--|---------|
|  |  | 0,07930 |
|  |  | 0,1223  |

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

(i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e

(ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

(i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;

(ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e

(iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

#### 21.3 Reservas

|  | Nota          | 31/12/2017    | 31/12/2016     |
|--|---------------|---------------|----------------|
| <b>Reservas de capital</b>                             |               |               |                |
| Ágio na emissão de ações                               | 21.3.1        | 14.473        | 14.473         |
|  |               | <b>14.473</b> | <b>14.473</b>  |
| <b>Reservas de lucros</b>                              |               |               |                |
| Legal  |               | 47.030        | 44.640         |
| Retenção de lucros                                     | 21.3.2        |               | 48.066         |
| Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social) | 21.3.3        | 12.918        | 33.654         |
| Dividendo adicional proposto                           | 21.2 e 21.3.4 | 10.403        | 62.666         |
|  |               | <b>70.351</b> | <b>189.026</b> |
|  |               | <b>84.824</b> | <b>203.499</b> |

#### Total

#### 21.3.1 Ágio na emissão de ações

O valor de R\$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

#### 21.3.2 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

Durante o exercício de 2017, o saldo de 31 de dezembro de 2016 de R\$48.066 foi acrescido do montante de R\$14.721 em consequência do ajuste dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito na nota 17.2, result

## NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

|   | Saldo em 31/12/2016 | Ganhos    | Provisão IR/CS | Saldo em 31/12/2017 |
|---|---------------------|-----------|----------------|---------------------|
| Ganhos e perdas atuariais -Benefícios pós-emprego | 501                 | 63        |                | 564                 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos  | (170)               |           | (21)           | (191)               |
|   | <b>331</b>          | <b>63</b> | <b>(21)</b>    | <b>373</b>          |

### 22 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita com suprimento de energia elétrica é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado são reconhecidas mensalmente conforme contrato de arrendamento.

|                                    | Nota | MWh (*)       |               | R\$            |                |
|------------------------------------|------|---------------|---------------|----------------|----------------|
|                                    |      | 2017          | 2016          | 2017           | 2016           |
| Suprimento de energia elétrica     |      | 34.793        | 34.777        | 6.350          | 5.921          |
| Energia de curto prazo             |      | 3.236         | 4.095         | 623            | 144            |
| Arrendamentos e aluguéis           | 7    |               |               | 187.436        | 300.781        |
| Outras receitas operacionais       |      |               |               | 646            | 600            |
| <b>Receita operacional bruta</b>   |      | <b>38.029</b> | <b>38.872</b> | <b>195.055</b> | <b>307.446</b> |
| (-) Deduções à receita operacional |      |               |               | (18.043)       | (28.439)       |
| PIS/COFINS                         |      |               |               | (61)           | (52)           |
| P&D                                |      |               |               | (160)          | (205)          |
| Outros encargos                    |      |               |               | -              | -              |
| <b>Receitas</b>                    |      | <b>38.029</b> | <b>38.872</b> | <b>176.791</b> | <b>278.750</b> |

(\*) Não auditado pelos auditores independentes.

### 23 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

|  | Nota | 2017                 |               |                          |              | 2016          |       |
|--|------|----------------------|---------------|--------------------------|--------------|---------------|-------|
|  |      | Custo do serviço     |               | Despesas operacionais    |              | Total         | Total |
|  |      | Com energia elétrica | De operação   | Gerais e administrativas | Outras       |               |       |
| Energia elétrica comprada para revenda                     |      | (465)                |               |                          | (465)        | (59)          |       |
| Encargos de uso da rede elétrica                           |      | 1.615                |               |                          | 1.615        | 1.504         |       |
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada | 23.1 |                      | 8.759         | 4.120                    | 12.879       | 13.176        |       |
| Material   |      |                      | 1.089         | 149                      | 1.238        | 1.099         |       |
| Serviços de terceiros                                      | 23.2 |                      | 7.345         | 5.197                    | 12.542       | 13.650        |       |
| Depreciação  |      |                      | 46.993        | 1.300                    | 48.293       | 41.937        |       |
| Amortização  |      |                      | 2.740         | 143                      | 2.883        | 2.148         |       |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas                   |      |                      |               | 1.704                    | 1.704        | (66)          |       |
| Aluguéis e arrendamentos                                   |      |                      |               | 401                      | 401          | 396           |       |
| Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens         |      |                      |               |                          | (48)         | (48)          |       |
| Outras   |      | 5                    | 1.212         | 377                      | 47           | 1.641         |       |
| <b>Total</b>   |      | <b>1.155</b>         | <b>68.138</b> | <b>11.687</b>            | <b>1.703</b> | <b>82.683</b> |       |

#### 23.1 Pessoal e Administradores

|   |  | 2017          | 2016          |
|---|--|---------------|---------------|
| <b>Pessoal</b>  |  |               |               |
| Remuneração   |  | 6.316         | 6.693         |
| Encargos  |  | 2.179         | 2.314         |
| Previdência privada - Corrente  |  | 58            | 62            |
| Benefício pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial |  | 196           | 228           |
| Programa de demissão voluntária   |  | 2             |               |
| Despesas rescisórias  |  | 391           | 47            |
| Participação no Lucros e Resultados - PLR                                   |  | 1.076         | 1.173         |
| Outros benefícios - Corrente  |  | 1.540         | 1.611         |
| Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial               |  | 39            | 31            |
|   |  | <b>11.797</b> | <b>12.159</b> |
|   |  | 1.079         | 1.015         |
|   |  | 3             | 2             |
|   |  | <b>1.082</b>  | <b>1.017</b>  |
|   |  | <b>12.879</b> | <b>13.176</b> |

#### 23.2 Serviços de terceiros

|                                      | 2017          | 2016          |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| Serviços de consultoria              | 2.226         | 1.261         |
| Serviços de manutenção               | 4.773         | 5.087         |
| Serviços de limpeza e vigilância     | 1.394         | 1.384         |
| Serviços ambientais                  | 456           | 2.649         |
| Serviços de informática              | 2.233         | 1.838         |
| Serviços de publicação e publicidade | 756           | 561           |
| Outros                               | 704           | 870           |
|                                      | <b>12.542</b> | <b>13.650</b> |

### 24 Resultado financeiro

#### Receitas financeiras

|   | Nota | 2017         | 2016         |
|---|------|--------------|--------------|
| Juros e variações monetárias              |      |              |              |
| Renda de aplicações financeiras e cauções |      | 3.341        | 8.291        |
| Energia vendida                           |      | 19           | 53           |
| Juros e multa sobre tributos              | 8    | 354          | 601          |
| Outros juros e variações monetárias       |      | 632          |              |
| (-) Tributos sobre Receitas financeiras   |      | (216)        | (419)        |
| Outras receitas financeiras               |      | 61           | 78           |
|   |      | <b>4.191</b> | <b>8.604</b> |

#### Despesas financeiras

|  | Nota   | 2017            | 2016            |
|--|--------|-----------------|-----------------|
| Encargos de dívida                       |        |                 |                 |
| Empréstimos e financiamentos             | 17.2   | (19.982)        | (52.165)        |
| Ajustes a valor presente                 | 17.2   | (7.032)         | (6.847)         |
| Juros e variações monetárias             |        |                 |                 |
| Juros e multa sobre tributos             | 8      | (4.241)         | (3.819)         |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas | 20.1.1 | (2.081)         | (1.803)         |
| Uso do Bem Público                       |        |                 | (5.097)         |
| Generation Scaling Factor - GSF          |        |                 | (58)            |
| Benefícios pós-emprego                   | 18.1   | (84)            | (70)            |
| Outros juros e variações monetárias      |        |                 | (1.221)         |
| Ajustes a valor presente                 |        | (3.293)         | (1.195)         |
| Outras despesas financeiras              |        | (47)            | (16)            |
|  |        | <b>(36.760)</b> | <b>(72.291)</b> |
|  |        | <b>(32.569)</b> | <b>(63.687)</b> |

### 25 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

|  | IRPJ/CSLL       |                 |
|--|-----------------|-----------------|
|  | 2017            | 2016            |
| Lucro antes dos tributos sobre o lucro               | 61.539          | 139.795         |
| Alíquota   | 34%             | 34%             |
| IRPJ e CSLL  | <b>(20.923)</b> | <b>(47.530)</b> |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva             |                 |                 |
| IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes    |                 |                 |
| Doações  | 2               | (5)             |
| Juros sobre o capital próprio                        | 15.300          | 21.262          |
| Juros sobre as ações preferenciais                   | (8.281)         | (19.079)        |
| IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos               |                 | 932             |
| Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores | 140             |                 |
| Incentivos fiscais                                   | 35              | 24              |
| Despesa de IRPJ e CSLL                               | <b>(13.727)</b> | <b>(44.396)</b> |
| Alíquota Efetiva                                     | <b>22,3%</b>    | <b>31,8%</b>    |

### 26 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

|   | 2017          | 2016          |
|---|---------------|---------------|
| Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas das ações: |               |               |
| Ordinárias (ON)   | 34.044        | 70.453        |
| Preferenciais Classe "R" (PNR)                                      | 3.126         | 3.126         |
| Preferenciais Classe "A" (PNA)                                      | 1.379         | 2.853         |
| Preferenciais Classe "B" (PNB)                                      | 189           | 189           |
| Preferenciais Classe "C" (PNC)                                      | 9.074         | 18.778        |
|   | <b>47.812</b> | <b>95.399</b> |

Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)

|                                |                |                |
|--------------------------------|----------------|----------------|
| Ordinárias (ON)                | 402.202        | 402.202        |
| Preferenciais Classe "R" (PNR) | 255.560        | 255.560        |
| Preferenciais Classe "A" (PNA) | 16.289         | 16.289         |
| Preferenciais Classe "B" (PNB) | 5.156          | 5.156          |
| Preferenciais Classe "C" (PNC) | 107.199        | 107.199        |
|                                | <b>786.406</b> | <b>786.406</b> |

Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)

|                                |         |         |
|--------------------------------|---------|---------|
| Ordinárias (ON)                | 0,08465 | 0,17517 |
| Preferenciais Classe "R" (PNR) | 0,01223 | 0,01223 |
| Preferenciais Classe "A" (PNA) | 0,08465 | 0,17517 |
| Preferenciais Classe "B" (PNB) | 0,03669 | 0,03669 |
| Preferenciais Classe "C" (PNC) | 0,08465 | 0,17517 |

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

|                                | Resultado por classe de ações (sem ajustes) | Ajustes Nota 21.2 | Resultado por classe ações |
|--------------------------------|---|-------------------|----------------------------|
| <b>2016</b>                    |   |                   |                            |
| Ordinárias (ON)                | 48.792                                      | 21.661            | 70.453                     |
| Preferenciais Classe "R" (PNR) | 31.002                                      | (27.876)          | 3.126                      |
| Preferenciais Classe "A" (PNA) | 1.976                                       | 877               | 2.853                      |
| Preferenciais Classe "B" (PNB) | 625   | (436)             | 189                        |
| Preferenciais Classe "C" (PNC) | 13.004                                      | 5.774             | 18.778                     |
|                                | <b>95.399</b>                               | -                 | <b>95.399</b>              |

#### 2017

|                                |               |          |               |
|--------------------------------|---------------|----------|---------------|
| Ordinárias (ON)                | 24.454        | 9.590    | 34.044        |
| Preferenciais Classe "R" (PNR) | 15.538        | (12.412) | 3.126         |
| Preferenciais Classe "A" (PNA) | 990           | 389      | 1.379         |
| Preferenciais Classe "B" (PNB) | 313           | (124)    | 189           |
| Preferenciais Classe "C" (PNC) | 6.517         | 2.557    | 9.074         |
|                                | <b>47.812</b> | -        | <b>47.812</b> |

### 27 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

#### 27.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

#### 27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

##### • Valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

##### • Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

##### • Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento.

|   | Nota | Níveis  | Valor justo    |                | Valor contábil |                |
|---|------|---------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|   |      |         | 31/12/2017     | 31/12/2016     | 31/12/2017     | 31/12/2016     |
| <b>Ativos financeiros</b>                         |      |         |                |                |                |                |
| <b>Valor justo por meio do resultado</b>          |      |         |                |                |                |                |
| Caixa e equivalentes de caixa                     | 5    |         |                |                |                |                |
| Aplicações financeiras                            |      | Nível 2 | 22.997         | 24.729         | 22.997         | 24.729         |
| <b>Empréstimos e recebíveis</b>                   |      |         |                |                |                |                |
| Caixa e equivalentes de caixa                     | 5    |         |                |                |                |                |
| Bancos conta movimento                            |      |         | 593            | 983            | 593            | 983            |
| Concessionárias                                   | 6    |         | 1.303          | 932            | 1.303          | 932            |
| Rendas a receber                                  | 7    |         | 15.620         | 25.065         | 15.620         | 25.065         |
| Outros créditos - Partes relacionadas             | 12   |         | 4              | 54             | 4              | 54             |
|   |      |         | <b>40.517</b>  | <b>51.763</b>  | <b>40.517</b>  | <b>51.763</b>  |
| <b>Passivos financeiros</b>                       |      |         |                |                |                |                |
| <b>Outros ao custo amortizado</b>                 |      |         |                |                |                |                |
| Fornecedores                                      | 15   |         | 2.846          | 2.218          | 2.846          | 2.218          |
| Uso do Bem Público                                | 19   |         | 38.490         | 39.805         | 47.597         | 49.759         |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 17   |         |                |                |                |                |
| Moeda nacional                                    |      |         | 93.757         | 94.942         | 93.757         | 94.942         |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas       | 12   |         | 862            | 48             | 862            | 48             |
|   |      |         | <b>135.955</b> | <b>137.013</b> | <b>145.062</b> | <b>146.967</b> |

#### 27.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&Fbovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do Bem Público difere do seu valor contábil.

## NOTAS EXPLICATIVAS

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 27.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;  
 (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e  
 (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

#### 27.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da empresa.

O Comitê de Risco é composto por 3 "Risk Officers" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

O Comitê de Risco realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades da Gestão de Risco. Além disso, no sentido de potencializar sinergias de governança entre a função de Gestão de Risco, Auditoria Interna e *Compliance*, estas funções se encontram reunidas debaixo de uma mesma diretoria.

#### 27.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

##### 27.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

| Operação                               | Risco      | Aging cenário |              |             |              |               |              |
|--|------------|---------------|--------------|-------------|--------------|---------------|--------------|
|  |            | Até 1 ano     | Provável     | Cenário (I) | Cenário (II) | Cenário (III) | Cenário (IV) |
| Aplicação financeira - CDB             | CDI        | 1.506         | 1.506        | 376         | 753          | (376)         | (753)        |
| <b>Instrumentos financeiros ativos</b> | <b>CDI</b> | <b>1.506</b>  | <b>1.506</b> | <b>376</b>  | <b>753</b>   | <b>(376)</b>  | <b>(753)</b> |

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo estável em 7,00% a.a.

#### 27.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia, se necessário, somente utilizará linha de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) e Rendas a receber (Nota 7). A Companhia, em 31 de dezembro de 2017, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Para rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.  
 A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2017, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

|   | 31/12/2017   |                |                    |               |                | 31/12/2016     |
|---|--------------|----------------|--------------------|---------------|----------------|----------------|
|   | Até 1 mês    | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos |                |
| <b>Passivos financeiros</b>                       |              |                |                    |               |                |                |
| Fornecedores                                      | 2.412        | 271            | 163                |               |                | 2.846          |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas       |              |                |                    | 862           |                | 862            |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas |              |                | 8.488              | 15.660        | 69.609         | 93.757         |
| Uso do Bem Público                                | 395          | 777            | 3.402              | 19.421        | 23.602         | 47.597         |
|   | <b>2.807</b> | <b>1.048</b>   | <b>12.053</b>      | <b>35.943</b> | <b>93.211</b>  | <b>145.062</b> |
|   |              |                |                    |               |                | <b>146.967</b> |

#### 27.2.2.1 Capital Circulante líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2017 foi negativo em R\$68.504 (R\$76.580 negativo em 31 de dezembro de 2016). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se, principalmente, às suas obrigações tributárias, as quais poderão ser pagas com o fluxo de caixa gerado pela operação ou captações de recursos externos ou intra-grupo, se necessário.

#### 27.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

#### 27.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência *Fitch Ratings* (ou equivalente para as agências *Moody's* ou *Standard & Poor's*). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

|   | Nota | 31/12/2017    | 31/12/2016    |
|---|------|---------------|---------------|
| Classificação da instituição financeira |      |               |               |
| AAA                                     |      | 22.997        | 24.729        |
| AA                                      | 5    | <b>22.997</b> | <b>24.729</b> |

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

#### 27.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ATR etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

#### 27.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

|   | 31/12/2017     | 31/12/2016     |
|---|----------------|----------------|
| Total dos empréstimos                       | 93.757         | 94.942         |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa           | (23.590)       | (25.712)       |
| Dívida líquida                              | <b>70.167</b>  | <b>69.230</b>  |
| <b>Total do Patrimônio Líquido</b>          | <b>889.656</b> | <b>924.766</b> |
| <b>Total do capital</b>                     | <b>959.823</b> | <b>993.996</b> |
| <b>Índice de alavancagem financeira - %</b> | <b>7,31%</b>   | <b>6,96%</b>   |

## 28 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

### 28.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

|                              | Nota | Saldo em 31/12/2016 | Efeito caixa     | Efeito não caixa        |                | Saldo em 31/12/2017 |
|------------------------------|------|---------------------|------------------|-------------------------|----------------|---------------------|
|                              |      |                     |                  | Ajuste a valor presente | Adições/baixas |                     |
| Dividendos                   | 16   | 43.920              | (89.090)         |                         | 77.711         | 32.541              |
| Empréstimos e financiamentos | 17   | 94.942              | (26.705)         | 7.032                   | 18.488         | 93.757              |
|                              |      | <b>138.862</b>      | <b>(115.795)</b> | <b>7.032</b>            | <b>96.199</b>  | <b>126.298</b>      |

### 28.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

|  | 2017          | 2016          |
|--|---------------|---------------|
| Constituição de dividendos e JSCP a pagar                | 29.766        | 41.169        |
| Provisão para custos com licença ambiental no intangível | 359           | 5.163         |
| <b>Total</b>   | <b>30.125</b> | <b>46.332</b> |

## 29 Compromissos contratuais e Garantias

### 29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

|   | 31/12/2017    |               |              |                  | Total Geral   | 31/12/2016    |
|---|---------------|---------------|--------------|------------------|---------------|---------------|
|   | 2018          | 2019 a 2020   | 2021 a 2022  | A partir de 2023 |               |               |
| Responsabilidades com locações operacionais | 204           |               |              |                  | 204           | 492           |
| Obrigações de compra                        |               |               |              |                  |               |               |
| Materiais e serviços                        | 25.355        | 11.993        | 2.121        |                  | 39.469        | 46.741        |
| Prêmio de risco - GSF                       |               |               |              | 297              | 297           | 272           |
|   | <b>25.559</b> | <b>11.993</b> | <b>2.121</b> | <b>297</b>       | <b>39.970</b> | <b>47.505</b> |

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2017, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

|   | 31/12/2017    |               |              |                  | Total Geral   | 31/12/2016    |
|---|---------------|---------------|--------------|------------------|---------------|---------------|
|   | 2018          | 2019 a 2020   | 2021 a 2022  | A partir de 2023 |               |               |
| Responsabilidades com locações operacionais | 161           |               |              |                  | 161           | 407           |
| Obrigações de compra                        |               |               |              |                  |               |               |
| Materiais e serviços                        | 20.018        | 10.000        | 1.894        |                  | 31.912        | 38.723        |
| Prêmio de risco - GSF                       |               |               |              | 872              | 872           | 872           |
|   | <b>20.179</b> | <b>10.000</b> | <b>1.894</b> | <b>872</b>       | <b>32.945</b> | <b>40.002</b> |

### 29.2 Garantias

| Tipo de garantia  | Modalidade      | 31/12/2017    | 31/12/2016    |
|-------------------|-----------------|---------------|---------------|
|                   |                 |               |               |
| Aval de acionista | Seguro de vida  | 9.385         | 9.390         |
| Fiança bancária   | Ações judiciais | 1.142         | 1.128         |
| Seguro garantia   | Ações judiciais | 6.601         | 5.739         |
|                   |                 | <b>17.128</b> | <b>16.257</b> |

## 30 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

|  | 31/12/2017     |                              | 31/12/2016     |                              |
|--|----------------|------------------------------|----------------|------------------------------|
|  | Valor em risco | Limite máximo de indenização | Valor em risco | Limite máximo de indenização |
| Subestações                                | 25.736         |                              | 12.002         |                              |
| Usina                                      | 972.428        | 225.736                      | 1.042.261      | 200.000                      |
| Prédios e conteúdos (próprios e terceiros) | 1.101          | 1.101                        | 1.462          | 1.462                        |
| Transportes (veículos)                     | 1.600          | 1.600                        | 1.600          | 1.600                        |
| Seguro de vida                             | 9.385          | (*)                          | 9.390          | (*)                          |

(\*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$556 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.389.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$18.218; e
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$82.705.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

|  |   |   |
|--|---|---|
| <b>Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas</b><br>Presidente | <b>Luiz Otávio Assis Henriques</b><br>Conselheiro | <b>Hamilton Carlos Naves</b><br>Conselheiro |
|--|---|---|

## DIRETORIA

|   |  |   |
|---|--|---|
| <b>Luiz Otávio Assis Henriques</b><br>Diretor Presidente, de Relações com Investidores e Administrativo | <b>José Chereim Pinto</b><br>Diretor Vice-Presidente de Controle                                 | <b>André Luis Nunes de Mello Almeida</b><br>Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos |
| <b>João Marcos Assis da Silva</b><br>Diretor Vice-Presidente  | <b>Vitor Hugo Alexandrino da Silva</b><br>Diretor Financeiro                                     | <b>Leonardo Nery dos Santos</b><br>Contador - CRC 1SP-261342/O-2 "S" TO                           |
| <b>Pedro Akos Lítsek</b><br>Diretor Vice-Presidente   | <b>Plácido Gonçalves Meirelles Júnior</b><br>Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação |   |

## CONSELHO FISCAL

|   |  |   |   |   |
|---|--|---|---|---|
| <b>Allain Brasil Bertrand Júnior</b><br>Conselheiro | <b>Felipe Ha Jong Kim</b><br>Conselheiro | <b>João Antônio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa</b><br>Conselheiro | <b>Paulo Afonso Teixeira Machado</b><br>Conselheiro | <b>Ademir José Scarpin</b><br>Conselheiro |
|---|--|---|---|---|

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2017 às 10:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Parecer dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral, acompanhadas da proposta de destinação dos resultados do referido período.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR  
Conselheiro Efetivo

JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA  
ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA  
Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM  
Conselheiro Efetivo

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO  
Conselheiro Efetivo

ADEMIR JOSÉ SCARPIN  
Conselheiro Efetivo

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas  
Investco S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, no julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria do exercício corrente. O assunto a seguir foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior.

Nesse contexto, o principal assunto de auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



| Porque é um PAA   | Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria  |
|---|--|
| <p><b>Ações preferenciais resgatáveis (Nota 21.1)</b></p> <p>O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias e preferenciais. Dentre elas, as ações preferenciais classes "A", "B" e "C" são resgatáveis até o término do contrato de concessão, ou seja, até 15 de janeiro de 2033. Em razão de a Companhia não ter o direito de evitar a entrega de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, o valor correspondente dessas ações vem sendo classificado nas demonstrações financeiras como um instrumento financeiro de dívida e descontado a valor presente.</p> | <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram leitura das atas do Conselho de Administração e das atas de assembleias dos acionistas, a fim de verificar eventuais alterações nas condições das ações preferenciais classes "A", "B" e "C", que pudesse alterar a classificação contábil nas demonstrações financeiras.</p>   |
| <p>Mantivemos foco nessa área em razão da relevância dessa transação no contexto das demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que qualquer mudança nas condições ou circunstâncias poderiam trazer ajustes significativos na posição patrimonial e financeira e, consequentemente, no desempenho da Companhia.</p>   | <p>Como resultado desses procedimentos, consideramos que não ocorreram modificações que pudessem alterar, neste exercício, a classificação contábil dessas ações nas demonstrações financeiras ou que impactassem as divulgações nas notas explicativas.</p>   |
| <p><b>Provisões e obrigações fiscais (Notas explicativas 2.4, 3, 8 e 20.1)</b></p> <p>Entre as estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras nos próximos exercícios estão as provisões fiscais, cíveis e trabalhistas.</p>   | <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes de efetividade dos correspondentes controles internos.</p>   |
| <p>Especialmente os casos de natureza tributária, decorrem de discussões em relação à escrituração fiscal, interpretações e aplicações de normas nos cálculos de tributos. A administração, com o apoio de seus consultores tributários internos e externos, discute a aplicação das normas tributárias e estima os possíveis desfechos para esses diversos assuntos, contabilizando aqueles que terão provável saída de recursos da entidade.</p>  | <p>Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária entendemos o objeto das principais questões, dos processos em andamento e testamos a documentação suporte da avaliação da Administração, relacionada à determinação de valores e opiniões de consultores internos e externos, quando aplicável. Para selecionadas opiniões, solicitamos e obtivemos confirmação direta dos consultores jurídicos responsáveis pelos processos.</p> |
| <p>Esse assunto envolve julgamento da administração na leitura e interpretação de normas tributárias, bem com evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo dos anos. Com isso, o desfecho, quando ocorrer, e os valores envolvidos definitivos, podem ser diferentes daqueles considerados para provisão ou divulgação. Por essa razão, essa foi uma das áreas que mereceu especial atenção da auditoria.</p>   | <p>Sugerimos ajustes contábeis, processados pela administração e que gerou reapresentação das demonstrações financeiras (Nota 3) e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes.</p>  |
|   | <p>Observamos que as conclusões da administração e a documentação suporte estão consistentes com o nosso entendimento sobre os temas envolvidos, e com as divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.</p>   |

**Outros assuntos**

**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

**pwc**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "S" TO

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018

**Valdir Renato Coscodai**  
Contador CRC 1SP165875/O-6